



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 36 - Nº 726 - DE 26 DE OUTUBRO A 9 DE NOVEMBRO DE 2024 - R\$ 5,00

107 anos da Revolução Russa



**Do capitalismo em decomposição emergem as guerras,
e das guerras emerge o programa da revolução social**

**Viva as conquistas da Revolução
de Outubro de 1917!**

**Pela imediata retirada das Forças de Defesa
de Israel da Faixa de Gaza e do Líbano!**

Não à guerra do Estado sionista contra o Irã!

**ORGANIZEMOS A FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA PARA
EXPULSAR OS ESTADOS UNIDOS DO ORIENTE MÉDIO!**

***Publicado o livro "A concepção Materialista da Questão Judaica"
Memória Eterna a Abraham Leon***

107 anos da Revolução Russa

Do capitalismo em decomposição emergem as guerras, e das guerras emerge o programa da revolução social

O capitalismo no século XX ficou marcado por guerras, revoluções e contrarrevoluções. A Primeira e Segunda Guerras Mundiais evidenciaram plenamente que o capitalismo da época imperialista se caracteriza pela contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção baseadas no capital monopolista. Faz parte dessa contradição as fronteiras nacionais que obstaculizam o livre desenvolvimento das forças produtivas. Um punhado de nações controla os monopólios, o capital financeiro, a ciência e a alta tecnologia. Essa posição na economia mundial lhes permitiu dominar, colonizar e saquear a imensa maioria das nações. A alta concentração de riquezas e o mar de atraso e pobreza se elevaram a tal magnitude que se transbordaram e se transbordam em dilacerantes crises econômicas. A divisão do mundo em Estados nacionais já não pode servir ao desenvolvimento das forças produtivas. De forma que as crises econômicas se convertem em destruição de riquezas, choques de interesses entre as potências, escalada bélica e guerras. Recrudescem a exploração do trabalho e a opressão nacional.

A transformação do capitalismo da época liberal em capitalismo imperialista foi de qualidade. As forças produtivas altamente desenvolvidas passaram a se chocar com as relações de produção e com as fronteiras nacionais. As guerras da época liberal, que estiveram na base da formação dos Estados nacionais e superação definitiva do regime feudal, cederam lugar às guerras mundiais. Amadureceram-se as condições históricas para as revoluções proletárias.

O período de relativa estabilidade econômica das últimas décadas do século XIX deram lugar aos desequilíbrios estruturais do século XX. A passagem do capitalismo liberal para a época imperialista foi marcada pela Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914. É nesse marco que, em Outubro de 1917, o proletariado russo, aliado ao campesinato pobre, derrubou a burguesia e expropriou os meios de produção. Constituiu-se o primeiro Estado operário vitorioso.

O capitalismo da época imperialista, portanto, carrega em suas entranhas o seu esgotamento histórico e as premissas materiais de sua transição ao socialismo. Não por acaso, a Revolução Russa se gestou nas condições de putrefação do regime imperial czarista e de eclosão da Primeira Guerra. Entre 1905 e 1917, a classe operária russa marchou em direção à revolução e se apoiou na revolta dos camponeses contra o servilismo.

O Partido Bolchevique, surgido inicialmente como uma fração do Partido Socialdemocrata Russo, sob a liderança de Lênin, foi o fator decisivo para o proletariado se levantar em armas contra o governo liberal-burguês da Revolução de Fevereiro de 1917. Na Rússia – o mais atrasado país da Europa –, a revolução socialista rompia um dos elos débeis da cadeia de dominação imperialista e iniciava a transição do capitalismo ao socialismo.

O envolvimento das inúmeras nacionalidades oprimidas pelo império russo na revolução foi imprescindível para o triunfo do proletariado. A defesa pelo bolchevismo do direito à autodeterminação e de separação da nação oprimida pôs à luz do dia que somente o programa da revolução proletária pode acabar com a dominação de classe e nacional. A constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1922 comprovou na prática a justeza da orientação marxista-leninista.

A URSS se ergueu como posto mais avançado da luta internacional pela transição do capitalismo ao socialismo. A fundação da III Internacional deu origem ao Partido Mundial da Revolução Socialista. Com esse instrumento, preparava-se o combate ao imperialismo que voltava todas as suas forças para derrubar a URSS e restaurar o capitalismo. A III Internacional refletiu não só a luta do proletariado russo, mas também a do proletariado mundial, que avançava no sentido de construir os partidos comunistas. A elaboração do programa nos seus Quatro Primeiros Congressos permitiu estabelecer uma orientação centralizada no objetivo das revoluções proletárias.

A necessidade de constituir a III Internacional surgiu antes da Revolução de Outubro. Nos primeiros anos da guerra imperialista, a II Internacional socialdemocrata não suportou as pressões nacionais e sucumbiu agarrada ao socialchauvinismo. Evidenciou que sua direção não havia aplicado o socialismo científico de acordo com a época imperialista, que é de guerras, revoluções e contrarrevoluções. A linha traçada por Lênin em combate à falência da II Internacional estava de acordo, portanto, com a marcha da revolução. E a socialdemocracia passava a auxiliar a contrarrevolução.

Os acontecimentos históricos mostram que a criação da III Internacional e a edificação da URSS formaram os dois pilares para enfrentar a contrarrevolução burguesa e impulsionar as revoluções proletárias. Lênin, tendo a seu lado Trotsky, não apenas indicou que a sustentação da Revolução de Outubro e o impulso das forças produtivas sob as novas relações de produção dependiam da revolução na Alemanha que se achava mais amadurecida para derrubar a burguesia, como também colocou toda energia do bolchevismo para erguer a cidadela da III Internacional e da URSS.

Nestes 107 anos da Revolução Russa, o proletariado não conta com nenhuma das duas conquistas de ordem estratégia para a revolução mundial. A III Internacional foi liquidada por Stalin em maio de 1943, quando a Segunda Guerra Mundial ainda estava em sua plenitude. Esse ato criminoso revelou a orientação contrarrevolucionária da ditadura burocrática soviética e do revisionismo estalinista do marxismo-leninismo. Foi um passo de grande importância para a consecução da política de coexistência pacífica e de subordinação da URSS aos ditames do imperialismo.

Sua orientação contrarrevolucionária se manifestou vigorosamente no combate à Oposição de Esquerda e nos monstruosos Processos de Moscou, que levaram finalmente ao assassinato de Trotsky. O movimento pela criação da IV Internacional se assentou no programa da revolução política voltado a derrotar a contrarrevolução restauracionista e no programa da revolução social, como continuidade do programa dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista.

Os herdeiros de Stalin não poderiam garantir a manutenção da URSS, levando-a à derrocada em dezembro de 1991. O próprio Partido Comunista estalinizado se encarregou de preparar a hecatombe restauracionista. Serviu aos objetivos do imperialismo de liquidar a URSS e, assim, as conquistas da Revolução de Outubro. Interrompeu-se o processo de transição do capitalismo ao socialismo, ainda que provisório, cuja durabilidade depende da retomada das revoluções proletárias.

A vitória do imperialismo contra a Revolução Russa levou 74 anos para se realizar plenamente. Vitória essa que ocorreu

nos marcos da decomposição do capitalismo, da retomada das crises, da escalada bélica e das guerras. O breve período de ajuste com o fim da “Guerra Fria” deu lugar a emersão dos velhos desequilíbrios, que estiveram nos alicerces das guerras mundiais. É parte desse processo a restauração capitalista na China e sua nova condição de potência baseada nas relações capitalistas de produção.

A guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, resulta da fragilidade da Rússia diante dos Estados Unidos e sua aliança europeia voltados a anexar as ex-repúblicas soviéticas, subordinando-as à OTAN. O imperialismo impulsionou o rompimento dos laços econômicos e históricos da Ucrânia com a Rússia e levou as duas ex-repúblicas soviéticas à guerra. Na base desse acontecimento, se encontra a restauração capitalista, o retorno às raízes da opressão nacional e a necessidade do imperialismo de reconquistar o terreno perdido para a Revolução de Outubro.

A guerra de Israel, que começou contra os palestinos na Faixa de Gaza, se estendeu para o Líbano e chegou ao Irã, por sua vez, corresponde as mesmas causas da crise mundial do capitalismo.

É nas condições de ampliação dos confrontos gerados pelo imperialismo, tendo os Estados Unidos à frente, que emergem objetivamente o programa da revolução social e a necessidade das massas se colocarem no terreno das conquistas da Revolução Russa. As guerras alimentam a luta de classes e exigem do proletariado e de sua vanguarda respostas revolucionárias.

A crise de direção é um fato dramático, mas que vai se resolvendo em meio aos combates ao capitalismo. A construção dos partidos revolucionários vem se realizando, apesar da lentidão. Torna-se mais sensível à vanguarda com consciência de classe o imperativo de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Essas são as premissas que afloram nesses 107 anos da Revolução Russa.

Realizado ato político dos 107 anos da Revolução Russa e lançamento do livro “A Concepção Materialista da Questão Judaica” de Abraham Leon

No dia 20 de outubro, o POR realizou em São Paulo seu ato político nacional sobre os 107 anos da Revolução Russa. A atividade foi aberta com o lançamento do livro *Concepção materialista da questão judaica* do jovem trotskista belga Abraham Leon, morto nas câmaras de gás nazistas aos 26 anos. O ato político contou com a presença da militância, de simpatizantes e convidados.

Na contramão das correntes de esquerda que menosprezam as lições de Outubro e ignoram o destino final da URSS - as razões e o significado de seu colapso - o POR realizou seu ato reafirmando a posição de que não é possível construir o partido revolucionário e sepultar o capitalismo apodrecido sem assimilar as conquistas programáticas do proletariado internacional. Eis a razão dos 107 anos não poderem passar como um simples ato comemorativo, mas, ao contrário, servir à discussão sobre os aspectos fundamentais da revolução e da guerra civil, do bolchevismo e da degeneração estalinista, dos problemas da construção socialista, da desintegração da União Soviética, da restauração capitalista e, finalmente, da vigência do Programa de Transição da IV Internacional.

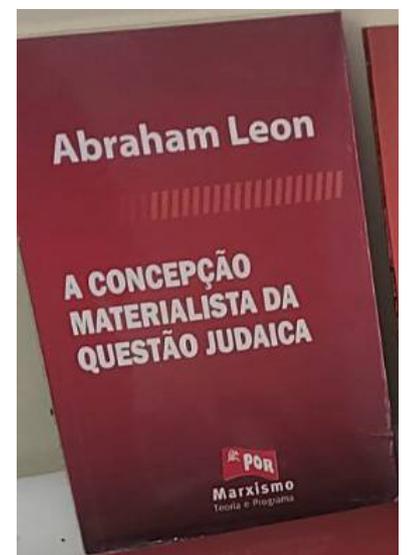
Um lugar especial foi dado ao lançamento do livro de Abraham Leon que abriu os debates. O expositor destacou o acerto da previsão histórica do jovem trotskista judeu de que o sionismo fracassaria em solucionar a questão judaica. A constituição do Estado nacional judeu, artificial e assentado sobre o imperialismo, não poderia equacionar o problema do antisemitismo (que de tempos em tempos é alimentado pela bancarrota da sociedade burguesa), mas, ao contrário, reavivaria os ódios nacionais por meio da opressão sobre os povos do Oriente Médio. Para o marxismo, unicamente uma economia planificada socialista, produto da revolução proletária, por fim à longa história de opressão sofrida pelos judeus, o que pressupõe o fim do capitalismo, a dissolução dos Estados e a superação das rivalidades nacionais instigadas pelo capital financeiro. A exposição encerrou com um “Viva à memória de Abraham Leon”.

A seguir, o ato passou às exposições sobre a Revolução Russa divididas em seis temas: 1) Condições históricas da Revolução Russa; 2) Revolução de Outubro e criação da URSS; 3) Fundação da Internacional Comunista; 4) Burocratização do Estado operário e Oposição de esquerda; 5) Desintegração da URSS e a restauração capitalista e 6) Vigência das conquistas programáticas e práticas da Revolução Russa.

No primeiro tema, a expositora destacou as condições sociais da Rússia czarista e a primeira experiência da Revolução de 1905 que criou os soviets. Em seguida, passou aos impactos da I Guerra Mundial na Rússia, a consequente crise da monarquia e a Revolução de Fevereiro. Finalizou explicando a dualidade de poderes e a tomada do poder pelo partido bolchevique de Lênin e Trotsky.

No segundo tema, o expositor demonstrou que a derrubada da burguesia russa e sua expropriação resultaram na edificação do Estado operário. Explicou em seguida que a edificação da URSS e o conjunto das transformações econômicas introduzidas pelo poder soviético possibilitaram o início da transição do capitalismo ao socialismo.

No terceiro tema, o expositor se dedicou a mostrar o processo de fundação da Terceira Internacional (Internacional Comunista)



em 1919, e a importância para o movimento operário mundial de seus Quatro Primeiros Congressos. O expositor fez as sínteses das principais teses e resoluções aprovadas (e sua atualidade) sob a direção Lênin.

No quarto tema, o expositor procurou mostrar o processo de burocratização do Estado operário e as causas do terdidor que se assentaram principalmente no isolamento da URSS com o fracasso das revoluções na Europa. Destacou ainda a luta da Oposição de Esquerda contra o estalinismo contrarrevolucionário e a fundação da IV Internacional.

No quinto tema, o expositor destacou o processo de restauração capitalista na URSS, desde a crise dos anos 1970 até a introdução da Glasnost e Perestroika por Gorbachov, levando, por fim, à sua dissolução em 1991. Destacou ainda o caráter burguês do governo Putin e o desenvolvimento da guerra entre a Rússia e Ucrânia como decorrência direta da restauração e da necessidade de penetração imperialista por meio da anexação das ex-repúblicas socialistas.

No sexto e último tema, a expositora ressaltou a vigência do Programa de Transição da IV Internacional, isto é, do bolchevismo, que sintetiza as conquistas e ensinamentos da revolução russa enriquecida com a experiência da burocratização estalinista do primeiro Estado Operário. Ressaltou a bandeira da revolução política, incorporada ao arsenal programático do marxismo-leninismo-trotskismo e a importância da luta pela reconstrução da IV Internacional.

Após as exposições, o ato passou às intervenções da plenária que contou com importantes contribuições. Destacaram-se pontos específicos importantes como a ação militar israelense em Gaza

e no Líbano, a questão palestina e a defesa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio; a guerra na Ucrânia que se aproxima de seu terceiro ano sem perspectivas de um cessar-fogo, a situação atual do movimento operário brasileiro e a necessidade de construção do partido operário revolucionário.

O ato foi encerrado com a leitura do manifesto do POR aos trabalhadores e juventude sobre os 107 anos

da Revolução Russa que ao fim foi saudado pelos presentes com um viva à revolução proletária e à IV Internacional. A seguir a assistência se pôs de pé para cantar o hino da internacional

A atividade constituiu uma importante vitória política. O POR ergue alto a bandeira do internacionalismo proletário e batalha com ardente energia pela superação da crise de direção revolucionária, hoje mais profunda que nas primeiras décadas do século XX. Abrir caminho em meio às enormes dificuldades que pesam sobre a construção do partido-programa no Brasil não é tarefa fácil, porém impostergável se se pretende assegurar um futuro comunista à humanidade. O ato político reafirma e impulsiona o objetivo do POR de forjar pacientemente seus quadros, penetrar no seio das massas e impulsionar a luta pela reconstrução da IV Internacional.



Manifesto do Partido Operário Revolucionário

107 anos da Revolução Russa

Viva a luta da classe operária pelo socialismo!

Aos explorados e à juventude oprimida

20 de outubro de 2024

Em 25 de outubro de 1917, na Rússia, a revolução socialista derrubou a burguesia e venceu a reação das potências imperialistas. Estabeleceu o Estado operário, expropriou a grande propriedade dos meios de produção, uniu as nações oprimidas e edificou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A classe operária unida com os camponeses pobres realizou as tarefas da revolução democrática, derrubando o governo liberal burguês que se apropriou do Estado na Revolução de Fevereiro de 1917.

Duas grandes transformações democráticas se projetaram sob a revolução proletária. De um lado, libertou os camponeses do servilismo semifeudal. De outro, golpeou as relações de dominação da Rússia sobre as inúmeras nacionalidades, historicamente subjugadas pelo Grão-Império Russo. A expropriação do grande capital e a instauração do embrião da propriedade social permitiram conduzir a URSS para a economia nacionalizada e planificada como ponto de partida à transição do capitalismo ao socialismo. A implantação do monopólio do comércio exterior se ergueu como um instrumento de política econômica de independência perante a dominação imperialista.

Essas transformações romperam um dos elos da cadeia do capitalismo mundial. A burguesia imperialista se uniu em torno ao objetivo de sufocar a revolução e bloquear sua projeção internacional. A luta de classes se ampliou em meio à Primeira Guerra Mundial e assinalou o caminho de novas revoluções na Europa conflagrada, principalmente na Alemanha. Nesse marco de decomposição do capitalismo e de polarização da luta de classes, a Revolução Russa aflorou como parte da revolução mundial. Sobreviveu aos ataques e ao cerco das forças imperialistas como revolução nacional.

O Partido Bolchevique, dirigido por Lênin, concebeu a revolução socialista na Rússia de economia atrasada como expressão histórica da luta internacionalista do proletariado. A revolução socialista obrigatoriamente refletiria as particularidades nacionais da Rússia e das nacionalidades subjugadas. No entanto, as particularidades resultavam do desenvolvimento desigual e combinado da economia mundial capitalista. Essa era a mais acabada compreensão sobre o caráter da Revolução de Outubro e do processo de transição do capitalismo ao socialismo que se iniciava.

As transformações que se gestaram com a tomada do poder e a expropriação revolucionária da burguesia impulsionaram uma nova etapa do desenvolvimento das forças produtivas. As relações sociais marcadas pelo servilismo e pela brutal exploração capitalista do trabalho seriam profundamente alteradas sob o Estado operário e a democracia soviética. A ditadura do proletariado da maioria oprimida sobre a minoria opressora impediria a reorganização da burguesia e enfrentaria a contrarrevolução alimentada pelas potências imperialistas.

A situação convulsiva da Europa, após a Primeira Guerra Mundial, favorecia a consolidação do poder do proletariado na Rússia. Imediatamente à queda do poder burguês, surgia a questão de como a revolução socialista tomaria corpo estando na dependência da marcha da revolução na Alemanha, que acabaria por ser derrotada. Os primeiros passos da organização econômica da URSS e da construção do socialismo necessariamente se dariam internamente. A industrialização e a economia agrária voltada à coletivização se colocaram como objetivos estratégicos imediatos, embora a Rússia se encontrasse despedaçada pela guerra imperialista e pela guerra civil. Havia de reerguer as forças produtivas e enfrentar a pobreza, miséria e fome que se agravaram com as guerras.

Sob a direção de Lênin, o Estado operário teve de recorrer a medidas econômicas emergenciais tipicamente capitalistas, de forma a levar os camponeses a produzirem e garantirem a alimentação da população faminta. A Nova Política Econômica (NEP) evidenciou a situação dramática em que se encontrava o país e a revolução. O extraordinário esforço para manter unidos o campo à cidade venceu uma adversidade que poderia favorecer a contrarrevolução e a derrocada do poder soviético. Tanto o comunismo de guerra ditado pela guerra civil, de 1918 a 1920, quanto a NEP, de 1921, constituíram experiências inéditas na história da Revolução Russa.

A capacidade dos dirigentes bolcheviques de superarem esse momento de dilaceração e abrirem uma etapa de construção da economia nacionalizada e planificada, protegida pelo monopólio do comércio exterior, evidenciou a ampla assimilação do socialismo científico constituído por Marx e Engels. Isso se deveu, fundamentalmente, a Lênin e Trotsky. Consolidado o poder soviético e constituída a III Internacional, a questão passou a ser como enfrentar os obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas nas condições do novo regime social. A política econômica que fortalecesse a economia nacionalizada e planificada em contraposição às forças restauracionistas do capitalismo alcançava um lugar estratégico. No entanto, não poderia se desvincular da revolução na Europa, mais amadurecida que em outras latitudes.

É nesse marco que se gesta uma divergência em 1923 e se agrava a partir de 1924 depois da morte de Lênin. Surgiam os primeiros sinais da burocratização no interior do Estado operário. Ou seja, a burocracia do Estado começava a se elevar por cima da classe operária e assim marginalizá-la da administração e controle das bases econômicas estabelecidas pela revolução. O perigo estava em desfigurar a democracia soviética e degenerar a ditadura do proletariado. As potencialidades da URSS para desenvolver as forças produtivas eram enormes. Uma burocracia poderia utilizá-las, mas por um tempo limitado pelas condições determinadas pela economia mundial capitalista. Sobreveio o fracionamento do Partido Bolchevique, que havia sido renomeado como Partido Comunista.

O terreno da divisão se estabeleceu inicialmente em torno à política econômica, colocando Stalin e Trotsky em franca oposição. Tomou a forma da luta política quanto à democracia partidária e ao regime soviético. Logo assumiu a dimensão programática, de fundamentos e princípios do marxismo-leninismo. Stalin, apoiado da direção do partido e apoiado na burocracia, encarnou o revisionismo e o termidor restauracionista. Sua política econômica e resposta aos problemas sociais passaram a ser justificados pela tese revisionista sobre a possibilidade de construir o socialismo em

um só país e estabelecer relações de coexistência pacífica com o imperialismo. Esse processo de degeneração e de triunfo do termidor contra a Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky, levou o estalinismo a transformar o governo soviético em uma ditadura bonapartista.

Stalin consolida seu poder derrotando e liquidando a Oposição marxista-leninista-trotskista com os golpes da burocracia totalitária. O triunfo do nacionalismo socialista desviou por completo o curso da Revolução de Outubro, que se produziu sobre a base do programa internacionalista e da direção marxista-leninista. A Oposição de Esquerda Internacional, organizada por Trotsky no exílio, permitiu manter uma fresta de luz à Revolução de Outubro e uma organização da resistência ao termidor, à ditadura bonapartista e ao processo de restauração capitalista que se abrigou sob a política do nacionalismo estalinista.

A quebra econômica de 1929 e a ascensão de Hitler em 1933 colocaram agudamente a crise de direção. A III Internacional que emergiu poderosamente com a Revolução de Outubro e que se sobrepôs às traições da socialdemocracia da II Internacional foi liquidada pelo revisionismo estalinista. O movimento pela constituição da IV Internacional caminhou na contracorrente dos acontecimentos. As derrotas do proletariado, principalmente na Espanha, que se refletiria na luta de classes na França, evidenciaram o fortalecimento da contrarrevolução, que contou com a política liquidacionista da III Internacional e do caráter embrionário da luta de Trotsky por erigir uma nova Internacional.

A necessidade histórica do Partido Mundial da Revolução Socialista, tal qual se edificou programaticamente com a vitória da Revolução de Outubro de 1917, foi exposta nas condições da marcha do imperialismo em direção à Segunda Guerra Mundial. Na Primeira Guerra, ficou plenamente demonstrado que somente o proletariado com seu partido pode enfrentar a escalada militar e as guerras gestadas nas entranhas das potências imperialistas. A burocratização da URSS levou o estalinismo a revisar completamente o programa e a concepção leninista sobre a transformação da guerra imperialista em guerra civil do proletariado pela tomada do poder. Em outras palavras, a deformar e abandonar a luta de classes.

O primeiro movimento de Stalin em favor de um pacto com Hitler, logo fracassado, levou ao segundo passo em direção a uma aliança com o denominado imperialismo democrático, chefiado pelos Estados Unidos. O importante e decisivo lugar da URSS para a derrota da Alemanha não só a preservou como a fortaleceu no âmbito da nova partilha mundial. No entanto, serviu ao fortalecimento da ditadura bonapartista, que abrigava as tendências restauracionistas internas. A brutal perseguição ao movimento da IV Internacional, expressa nos Processos de Moscou e finalmente no assassinato de Trotsky, e a liquidação da III Internacional resultaram na ação estalinista contra o internacionalismo marxista-leninista e a organização mundial do proletariado no campo da revolução social.

Sem a possibilidade da revolução política preconizada por Trotsky, a ditadura bonapartista levaria ao mais amplo desarme do movimento revolucionário mundial, potenciaria o restauracionismo e concluiria com a destruição da URSS. O estalinismo acabaria por servir à política da "Guerra Fria" que se concentrava no combate do imperialismo às revoluções e ao objetivo de varrer do mapa a URSS. O triunfo da restauração capitalista provocou um retrocesso de grande magnitude histórica. Interrompeu o processo de transição do capitalismo ao socialismo iniciado pela Revolução Russa. Trata-se, em última instância, da vitória do imperialismo contra a revolução mundial.

Esse trágico acontecimento para o proletariado e a maioria oprimida, no entanto, não modificou o caráter do capitalismo da época imperialista, que é de decomposição, guerras, revoluções e contrarrevoluções. O fato de ter prevalecido a contrarrevolução é provisório. A restauração e os profundos retrocessos das conquistas

do proletariado apenas serviram ao reequilíbrio da dominação imperialista. Reequilíbrio esse do pós Segunda Guerra que já não mais se sustenta. As forças produtivas altamente desenvolvidas e a anarquia da produção social recolocaram em um patamar ainda mais alto as contradições do capitalismo que o levaram às guerras mundiais e às revoluções proletárias, como a da China em 1949. É importante assinalar que a restauração capitalista na China se interliga à restauração e destruição da URSS.

Nestes 107 anos da Revolução Russa e 75 anos da Revolução Chinesa, emergem as conquistas heroicas dos explorados, as ricas experiências da luta de classes, o programa da revolução social e a necessidade do Partido Mundial da Revolução Socialista. Emergem, também, as lições das derrotas e das traições levadas a cabo pelas direções que revisaram o marxismo-leninismo-trotskismo. A sombra das guerras mundiais voltaram a rondar a humanidade.

Hoje, a escalada militar - que vem ganhando força com a guerra na Ucrânia, com a guerra na Faixa de Gaza que se amplia podendo envolver o Oriente Médio e com a guerra comercial dos Estados Unidos com a China - tem potencial destrutivo muito superior ao das duas guerras mundiais passadas. Está claro que a restauração capitalista e a destruição da URSS favoreceram a retomada da ofensiva do imperialismo contra as nações oprimidas e contra a própria Rússia e China. É o que se verifica na barbárie que envolve

as guerras na Ucrânia, Faixa de Gaza e Líbano. É o que se verifica com as tendências à generalização e à confrontação das potências de posse das armas nucleares. Nesse marco, emergem o programa da revolução social e o objetivo de restabelecer a transição do capitalismo ao socialismo, tendo por base as conquistas da Revolução de Outubro.

Nesse 107 anos da Revolução Russa, o Partido Operário Revolucionário, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, reconhece que o grande problema continua sendo a crise de direção. Hoje, mais profunda do que no passado, quando ainda a IV Internacional combatia a restauração capitalista sob o programa da revolução política. Hoje, o Programa de Transição da IV Internacional continua a responder plenamente à decomposição do capitalismo e a consequente barbárie social. A tarefa da vanguarda com consciência de classe se concentra na reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. O POR luta contra as guerras de dominação e em favor das guerras de libertação por meio da luta de classes e guiado pelo programa da revolução social.

Viva a Revolução Russa de 1917!

Pela construção dos partidos marxista-leninista-trotskistas!

Pela reconstrução da IV Internacional!

Eleições municipais

Balanco parcial do 1º turno das eleições municipais

PT e aliados, encolhidos diante dos partidos de direita e ultradireita

Esperava-se que as eleições municipais refletissem a polarização ocorrida na disputa presidencial entre Lula e Bolsonaro, em 2022. Foi tranquila a vitória, no cômputo geral e nos casos particulares das capitais, das candidaturas vinculadas aos partidos da direita e ultradireita. O PT, embora tenha aumentado o número de prefeitos em relação às eleições de 2020, não demonstrou capacidade de enfrentar as frações oligárquicas da burguesia que dominam os municípios.

A imprensa mostrou que a conquista de um maior número de prefeituras pelo PT em comparação às eleições passadas não conseguiu superar as vantagens das eleições de 2012, quando Dilma Rousseff exercia o terceiro mandato do PT. Mais ainda, reuniu as vitórias do PT, PSB, PDT, PCdoB e PSOL, que são aliados no campo de centro-esquerda, e concluiu que não obteriam mais que 13% das prefeituras, quando em 2012, alcançaram 25%. Um partido de centro-direita que ficou por baixo foi o PSDB, que caiu abruptamente em relação ao seu auge alcançado no ano 2000.

O PSDB, que surgiu do fracionamento do MDB - maior partido oligárquico que ocupou o lugar de oposição consentida nos 21 anos de ditadura militar - abraçando o ideário da socialdemocracia, se mostrou incapaz de se contrapor à ascensão da ultradireita e teve de ceder lugar ao PT, que no fundo também é socialdemocrata. Seu destino foi marcado pelo naufrágio dos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso, que acabou abrindo caminho à ascensão do PT ao poder, colocado mais à esquerda do espectro da política burguesa. O PSDB sobreviveu com o controle político de São Paulo, maior estado da federação, por quase três décadas. A perda dessa hegemonia socialdemocrata em São Paulo expressou o desmoronamento nacional do partido de Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas. A importância desse desmoronamento está em que evidencia a impossibilidade da socialdemo-

cracia responder às profundas contradições do Brasil semicolonial, amplamente condicionado pelo domínio dos monopólios internacionais, tendo à frente os Estados Unidos, e marcado pela pobreza e miséria da maioria oprimida.

O PT, em grande medida, ocupou o lugar do PSDB, conflitando com os partidos oligárquicos de direita e ultradireita que foram se formando em meio às cisões do tronco montado no período da ditadura militar, que eram a Arena e o MDB. O rompimento do bipartidarismo autoritário deu lugar a uma profusão de partidos. Esse fenômeno, no entanto, se manifestou por meio de cisões e da constituição de partidos movida por caudilhos. O acontecimento mais original foi a criação do PT, mas que à medida que se fortalecia eleitoralmente, passo a passo, assumia as características oligárquicas dos partidos burgueses. Isso por que não havia como aplicar suas teses iniciais próprias do nacional-reformismo. Chefiado pelo caudilho Lula, que se projetou na política burguesa a partir do sindicalismo reorganizado no pós-ditadura militar, o PT se viu envolvido em múltiplas alianças com os partidos do centro-direita e de direita.

O fortalecimento da economia agroexportadora, do domínio monopolista da indústria, do agigantamento do capital financeiro e da expansão da classe média fecharam o caminho para o nacional-reformismo, ao mesmo tempo que alavancou a direita liberal e o reacionarismo ideológico da ultradireita fascizante. A classe operária, golpeada pelas contrarreformas e traída pela burocracia sindical fortemente vinculada ao PT, foi sendo contida, depois do ascenso ocorrido com o fim da ditadura militar e recuperação dos sindicatos para a luta econômica. O sindicalismo sofreu uma ampla burocratização e estatização. O PT se desvinculou de sua base operária original e passou a se apoiar inteiramente na burocracia colaboracionista com o grande capital. É preciso considerar esse

processo para se entender a ascensão e queda do PT, bem como o fracasso de sua tentativa de recuperar o terreno perdido para a direita e ultradireita burguesas.

Os analistas reconhecem que o PSD foi o partido que mais proveito tirou das eleições municipais. Obteve 888 prefeituras. Esse partido montado por Gilberto Kassab é uma das variantes que foram se constituindo do tronco da Arena. Gestou-se nas entranhas do DEM. O MDB, embora tenha se enfraquecido, alcançou o segundo lugar em número de prefeitos eleitos, com 865. O PP obteve 752. Esse partido surgiu da cisão do PDS. O União Brasil conseguiu 589. Esse partido resultou da fusão do DEM com o PSL. O PL, em quinto lugar, ficou com 523. O PL também é tributário da Arena. Os Republicanos conquistaram 441. Esse partido se formou assentado na Igreja Universal. A somatória desses partidos com 4.058 prefeitos constitui o campo da direita e ultradireita.

O campo de centro-esquerda – PT, PSB, PDT e PCdoB – abarcou apenas 735 prefeituras. A hegemonia da direita e ultradireita se impôs nas eleições municipais. Não houve propriamente uma derrocada desse espectro, mas o fundamental está em que tais partidos demonstraram que não será pela via eleitoral que se fechará a passagem aos partidos oligárquicos da direita e ultradireita (fascistizante).

Nesse sentido, o PT com 253 prefeitos, ficando abaixo do PSB (312), foi o grande derrotado. É preciso ainda considerar nesse balanço parcial do 1º turno que estão praticamente impossibilita-

das as vitórias de Boulos (PSOL) em São Paulo, Maria do Rosário (PT) em Porto Alegre, Lúdio Cabral (PT) em Cuiabá e Natália Bonavides (PT) em Natal. Essas são indicações das pesquisas eleitorais.

Essa onda de eleição de candidatos da direita e ultradireita afundou o PT e aliados, e esmagou os partidos de esquerda como o PSTU, PCB, PCO e UP. O PSTU e PCO expressam o revisionismo no campo do marxismo-leninismo-trotskismo. O PCB e UP são tributários do estalinismo.

A abstenção foi significativa, cresceu. Os votos nulos e brancos caíram em relação à eleição passada. Está claro que a classe operária, os demais explorados e a juventude oprimida foram arrasados por detrás dos partidos de direita e ultradireita. Imperou o domínio oligárquico estrutural nos municípios.

O fato das esquerdas que se reivindicam do socialismo se colocarem pelo voto crítico no 2º turno evidencia sua profunda adaptação à democracia burguesa e ao eleitoralismo.

A posição do voto nulo, da defesa do programa de ação e a luta pela independência de classe do proletariado, encarnada pelo POR, caminhou na contracorrente das eleições - controladas pela direita e ultradireita, e compartilhadas pelos partidos de centro-esquerda - confirmou a necessidade de construir o partido da revolução social e avançar no sentido de superação da profunda crise de direção.

Breve balanço dos resultados eleitorais de 2024 em São Paulo

Considerando as eleições de 2016 a 2024, PT e PSOL juntos obtiveram, respectivamente: 812.45 votos em 2016 (90,8% PT, 9,2% PSOL), 1.097.159 em 2020 (59,5% PT, 39,5 % PSOL) e 1.052.504 em 2024 (55% PT, 45% PSOL). Percebe-se uma diminuição do eleitorado petista (de 737.757 em 2016 para 586.311 em 2024), um crescimento absoluto do PSOL (de 74.694 em 2016 a 466.193 em 2024), sobretudo em 2020, com uma estagnação de seu crescimento neste ano. Assim, não houve crescimento ou fortalecimento das alternativas da esquerda reformistas em 2024. Ao contrário, apesar da retórica petista e da necessidade de eleger Lula em 2022, seu eleitorado reduziu de tamanho, apesar da manutenção do número de deputados em relação às últimas eleições.

Quanto à esquerda que diz reivindicar o socialismo (PSTU, PCO, PCB e UP), nota-se a manutenção de um quadro de absoluta irrelevância em termos eleitorais. Considerando os votos para vereador, em 2016, juntos, PSTU, PCO e PCB somavam 4.851 votos. Em 2020, agora acompanhados da UP, apesar de ter triplicado, ficou ainda nos incipientes 14.660. Aqui é importante salientar que puxaram o aumento de votação UP (5.618) e o PCB (3.965). Em 2024, a votação em vereadores aumentou para 17.089. Novamente, o resultado foi muito impulsionado pela estalinista UP, que dobrou sua votação, atingindo 10.927 votos em seus candidatos. Ainda assim, o que se vê é que apenas 0,25% do eleitorado votou nos partidos de esquerda que ainda falam em socialismo, conselhos populares, estatização etc.

Isso não significa que determinadas proposições estejam erradas, mas que o pleito eleitoral não pode ser um meio para sua expressão e realização. Somente por meio da luta de classes e da organização independente da classe operária e dos demais trabalhadores é possível impulsionar tal programa. E que, portanto, seja empunhado por um partido com um programa revolucionário, que utilize taticamente das eleições como auxiliar para desenvolver no seio das massas o programa de ação e a estratégia revolucionária.

Quem ganhou as eleições?

O grande vencedor das eleições não foi a esquerda reformista, e muito menos a esquerda dita revolucionária. O resultado efetivo da política de frente ampla do governo Lula foi o fortalecimento, em nível eleitoral, do chamado centrão, que é o representante da oligarquia que domina a política brasileira. A diferença é que agora o setor oligárquico representado pelo PSD é quem atingiu o maior número de prefeituras, antes dominado pelo MDB.

Por outro lado, setores da direita fascistizante se fortalecem nas condições de fracasso do nacional-reformismo do PT e aliados de esquerda. Isso ficou evidente na significativa votação do demagogo de extrema-direita Pablo Marçal, que joga com a balbúrdia de uma candidatura “antissistema”. Enquanto isso, Boulos aposta na mesma política petista, de se mostrar como um serviçal mais confiável da burguesia e da democracia burguesa. Assim, deve ser derrotado por Nunes no 2º turno, culminando em mais uma vitória da direita e do bolsonarismo.

O que defendem os candidatos da esquerda reformista no parlamento

É comum a defesa de intervenção no parlamento por parte de organizações que reivindicam do legado de Lênin e Trotsky. Apesar disso, quando algumas candidaturas ditas progressistas, que são na verdade liberais, ganham seus postos nas Câmara de Vereadores ou no Congresso Nacional, o que se vê é a absoluta adaptação à democracia burguesa, ou seja, à defesa da propriedade privada dos meios de produção.

Analizamos brevemente duas candidaturas petistas e duas do PSOL para demonstrar.

Luna Zaratini, a vereadora mais votada do PT, realizou sua campanha apresentando projetos assistencialistas, identitários e de cunho liberal. Um exemplo claro é o projeto que versa sobre o dia das mulheres do forró. Há outros que discutem a zeladoria urbana, aumento de áreas verdes, passe-livre para cursinhos populares etc. Trata-se de versões da política burguesa reformista, que tem o assistencialismo como base de sua ação parlamentar.

Alessandro Guedes (PT), o segundo mais votado, em seu mandato anterior apresentou projetos que versavam sobre mudança do nome de vias e estabelecimentos públicos e criação de frente parlamentar do esporte e futebol de várzea. Nada se propõe sobre as condições concretas e fundamentais do proletariado. Há um projeto que tangencia alguma noção de concretude, que busca estipular um tempo máximo de espera para o SAMU em casos de emergência. Como vemos, mais um projeto dentro dos marcos da legalidade burguesa, incapaz de responder às necessidades mais básicas dos explorados que padecem da pobreza, miséria e fome.

Por parte do PSOL, analisando os projetos aprovados por Luana Alves (MES) e pela Bancada Feminista (Resistência-PSOL), o que se vê é que o caráter dos projetos apresentados, no geral, em conjunto com outros deputados do PSOL, propõe inclusões em calendário; mudança de nomes de rua com homenagem a personalidades do movimento negro e social brasileiro; programas contra a violência obstétrica; obrigação da capacitação étnico-racial aos professores; procedimentos de regularização fundiária; fundo municipal de amenização da fome; política de atenção às crianças e adolescentes em situação de rua; criação de políticas de assistência psicológica etc. Ou seja, o que se vê são políticas de remendos à sociedade capitalista. Assim, os reformistas pequeno burgueses ocultam as raízes econômicas e de classe da barbárie social. Acabam por fomentar a ilusão da superação da opressão que mutila a vida da maioria oprimida pela via institucional, ou seja, do Estado burguês.

A saída é a construção da luta independente do proletariado

O partido marxista-leninista-trotskista não nega a intervenção no parlamento por princípio. A acusação de esquerdismo à defesa do voto nulo pelo POR oculta o fundo oportunista de sua política eleitoral, adaptada à democracia burguesa. Esses adversários desconhecem as condições entre as classes e o programa que obrigatoriamente a vanguarda tem de defender no campo eleitoral que é próprio da burguesia. Não lhes importa responder se será, de fato, útil à libertação proletária ou se servirá para perpetuar a subordinação dos oprimidos ao jugo do capital.

A defesa nas eleições do programa de ação da classe operária com candidaturas próprias depende da existência do partido revolucionário vinculado aos explorados. Os obstáculos jurídicos, políticos e policiais à legalização de um partido que esteja em luta pelo programa da revolução proletária são poderosos. As esquerdas que conseguiram se legalizar, aproveitando a situação de crise no passado, agora, estão sendo acossadas pelas “cláusulas de barreira”. Adaptaram-se às exigências no passado mostrando-se dispostas a renunciar o que havia de traço revolucionário em sua abstrata orientação socialista. Já haviam, certamente, se afastado da estratégia da ditadura do proletariado e dos métodos da revolução social. Assim, foram se armando da política eleitoral com estratégia de construção partidária. Observa-se que, quando conquistaram a legalização e mesmos assentos parlamentares, esses partidos se sujeitaram aos inúmeros mecanismos de adaptação à legalidade ditada pelo Estado burguês. Justificaram e justificam suas políticas oportunista apoiando-se em Lênin, que traçou a tática de intervenção revolucionária nas eleições, sem, contudo, levarem em consideração a situação concreta da existência do partido e das condições da luta de classes.

O resultado de suas ações eleitorais e parlamentares, como foi demonstrado aqui, não só não tem servido a esse propósito, como tem resultado em uma adaptação programática ainda maior. Os exemplos mais claros são a atuação dos parlamentares do PT e do PSOL, que se colocam como arautos da democracia burguesa e que diariamente fortalecem as ilusões institucionais na democracia oligárquica.

O fracasso eleitoral das esquerdas que dizem lutar pelo socialismo não se encontra fundamentalmente no número pífio de votos, mas, em nenhuma delas ter se desenvolvido no seio dos explorados e se diferenciado dos partidos burgueses com o programa de combate e a estratégia da revolução social. As esquerdas no final das contas permaneceram no campo do reformismo petista como ala radical. Não é estranho que tenham declarado voto no segundo turno a candidatos do reformismo em nome da derrota da direita e ultradireita que predominaram nas eleições municipais,

O POR fez todo esforço para traduzir sua linha eleitoral de defesa do voto nulo, deixando claro sua compreensão sobre a crise de direção, que é mundial, e a necessidade de impulsionar a sua construção como partido marxista-leninista-trotskista, que se guia pela estratégia da revolução proletária. Os resultados das eleições no primeiro turno mostram o acerto da linha traçada e desenvolvida pelo partido em construção.

Fortaleza - CE

Balanco das eleições municipais

A contagem dos votos do primeiro turno das eleições confirmou a tendência de polarização entre os candidatos da ultradireita e da frente ampla. Os resultados deram 562,3 mil votos (40,2%) para André Fernandes/PL e 480,1 mil (34,33%) para Evandro Leitão/PT, candidato da coligação governamental. Ambos passaram ao segundo turno. O atual prefeito, José Sarto/PDT acabou em terceiro com 164,4 mil votos (11,75%) e o Capitão Wagner amargou com 159,4 mil votos (11,40%). Eduardo Girão/Novo, Técio/PSOL, George/Solidariedade, Chico Malta/PCB e Zé Maria/PSTU obtiveram respectivamente 14,8 mil votos (1,0%), 8,9 mil votos (0,64%), 6,8 mil votos (0,49%), 1,2 mil votos (0,09%) e 615 votos (0,04%). Brancos e nulos alcançaram 96,3 mil votos (6,44%) e as abstenções 274,6 mil (15,5%).

O montante de votos recolhidos por André Fernandes, inesperado para muitos, representa uma significativa vitória parcial. A ultradireita larga na frente no segundo turno. André, que se

mantve numa posição bolsonarista intransigente, eclipsou a histórica liderança de Wagner e subtraiu-lhe as bases nas últimas semanas antes do pleito. Wagner que se movimentara da direita para o centro foi surpreendido pelas acusações de traição ao bolsonarismo. Ao contrário de Wagner, André aposta na possibilidade de conquistar os votos de centro, sem se afastar das posições enclausuradas na direita. Wagner, incrédulo frente ao resultado desastroso desta terceira eleição, titubeou antes de decidir-se pelo apoio a Fernandes no 2º turno. Pesou decisivamente o temor de perder a pouca influência que lhe resta. Preferiu assegurar a posição de vice-liderança no movimento ultradireitista que se aventurar mi-grando para o bloco governista.

A chegada de Leitão ao segundo turno mostrou a força do PT e da coligação governamental que alçaram à disputa eleitoral uma figura quase desconhecida. Após um período inicial de pontuação ínfima nas pesquisas, passou ao empate técnico com os principais

postulantes e, por fim, os superou na reta final. Os reformistas não esconderam seu espanto e decepção com derrota no primeiro turno para a ultradireita. Nesse momento, passam à ofensiva propagandística de que Fortaleza não pode ter como prefeito um político misógino, conservador e despreparado.

Se por um lado a ultradireita e os reformistas foram para o segundo turno, remarcando a polarização política, por outro, os partidários de Wagner e Ciro amargaram as piores derrotas. Wagner, não apenas por perder sua terceira eleição, terminando num vexatório quarto lugar, quando liderava as pesquisas no início da campanha, mas por ser deslocado da liderança do movimento ultradireitista. Já Ciro e seus correligionários, Sarto e Roberto Cláudio, perderam seu último bastião, a prefeitura da capital, com uma votação pífia.

É certo que os ciristas do PDT fizeram ainda a maior bancada da Câmara Municipal com oito vereadores, mas é preciso lembrar que perderam cinco desde as últimas eleições, quando possuíam treze. O PL, por sua vez, elegeu apenas cinco vereadores em quarenta e três, mas foi o partido responsável por duas das três maiores votações (Priscila Costa e Bella Carmelo). O PT aumentou sua bancada de três para quatro vereadores, ao passo que o PSOL manteve seus dois parlamentares (Gabriel Biologia e Adriana Gerônimo), graças à votação extraordinária do primeiro. Os partidos do centrão e demais partidos fisiológicos tiveram desempenho tal que ampliou-se o quadro de fragmentação partidária no legislativo.

Não bastasse a derrota nas eleições ao Paço Municipal, a fração cirista do clã Ferreira Gomes se vê diante de uma nova crise com divisões internas profundas. O PDT nacional, aliado de primeira ordem do PT e de Lula, orienta o voto em Evandro Leitão/PT, mas suas lideranças seguem caminhos diversos. Sarto proclamou a

neutralidade. Ciro calou-se. Roberto Cláudio e quase toda a bancada do PDT na Câmara anunciaram a entrada na campanha de André Fernandes. André Figueiredo, Dalila Saldanha e alguns poucos nomes de relevância gravaram vídeos em apoio a Leitão. Tudo indica que a crise do PDT será duradoura e pode desembocar em novas cisões.

As candidaturas de André Fernandes e Evandro Leitão representam os interesses da burguesia a tal ponto que, salvo a taxa do lixo, nenhuma se propôs a revogar qualquer uma das contrarreformas aprovadas por Sarto. Trata-se de uma disputa interburguesa que tem enganado e arrastado os explorados para o apoio a um dos dois postulantes. Nem mesmo as correntes da esquerda pequeno-burguesa tem escapado: PSOL, PCB, PCBR, UP e até mesmo o PSTU anunciaram o apoio à candidatura burguesa de Leitão.

O POR, que levantou a bandeira de voto nulo do 1º turno, convida novamente os explorados a votarem nulo neste 2º turno, a lutarem pelo programa de reivindicações e a se colocarem pela política de independência de classe expressa pela vanguarda com consciência de classe. É escandaloso que as organizações de esquerda obscureçam o caráter abertamente burguês da candidatura de Evandro e evitem dizer aos trabalhadores e à juventude pobre que, em caso de vitória, será igualmente um governo de ataque à vida das massas. Que os trabalhadores conscientes rechacem ambas as candidaturas e defendam, além do voto nulo, a luta imediata pelos empregos, salários, direitos e revogação das contrarreformas por meio da ação direta. Que se coloquem pela construção do partido operário revolucionário! Que se coloquem pela convocação de um dia nacional de luta com paralisações e bloqueios pelo atendimento de nossas reivindicações. Tais são as tarefas do momento.

1º turno das eleições no Rio Grande do Norte

Oligarquias tradicionais se fortalecem sob o governo petista de Fátima (PT/MDB)

As duas principais oligarquias do estado, os Alves (MDB) e os Maia (União Brasil, antigo DEM), conseguem ampliar sua inserção das prefeituras do estado. O MDB, em primeiro lugar, e o União Brasil, em segundo, foram os dois partidos que mais elegeram prefeitos no RN.

O MDB, partido do atual vice-governador Walter Alves (sobrinho do ex-senador Garibaldi Alves), passou de 38 prefeituras em 2020 para 45 em 2024. O União Brasil, do ex-senador e ex-governador Jose Agripino Maia, passou de 17 para 28 prefeituras, com destaque para a cidade de Mossoró, com a reeleição de Aysson Bezerra (78% dos votos), que se filiou ao União Brasil em 2023. Além disso, resta saber o resultado do segundo turno na capital, entre União Brasil e PT.

Nota-se, portanto, que sob o governo Fátima Bezerra (PT), que se aliou aos Alves (MDB) em sua reeleição, as oligarquias tradicionais, longe de enfraquecer, se fortaleceram. Essa é a demonstração clara da oligarquização do PT, que busca se projetar eleitoralmente no Nordeste por meio de alianças com as oligarquias regionais que, por sua vez, continuam detendo grande influência, principalmente no interior dos estados, por meio de suas redes de alianças com famílias latifundiárias locais que disputam as prefeituras.

Em Natal, eleição polariza entre PT e União Brasil

Na capital, o peso da polarização eleitoral entre bolsonarismo e petismo é maior. O candidato do União Brasil, Paulinho Freire, vinculado ao bolsonarismo e ao atual prefeito de Natal Álvaro Dias (Republicanos), e Natália Bonavides (PT), passaram para o

segundo turno, deixando para trás o ex-prefeito Carlos Eduardo Alves (PSD), contrariando a maioria das pesquisas que o colocava em primeiro lugar.

O PSOL, após uma crise interna, já havia declarado seu apoio a Natália (PT) no primeiro turno. Agora, no segundo turno, as correntes internas que haviam sido contra passaram a declarar seu apoio aberto à candidatura da frente ampla burguesa do PT com MDB/PSB/PDT/PV/PCdoB. A Unidade Popular (UP), que tem procurado se fortalecer por meio do eleitoralismo de esquerda, construiu a campanha desde o início.

Chama a atenção a posição do PSTU que, no primeiro turno, lançou candidatura própria, mas no segundo turno declarou voto crítico em Natália (PT), sob o argumento de "impedir o avanço eleitoral da extrema direita representada por Paulinho Freire, e dialogar com uma parte importante dos ativistas e trabalhadores". Repete a ladainha das esquerdas eleitoreiras de derrotar a extrema direita nas eleições, para justificar o apoio eleitoral à frente ampla burguesa. Com isso, acaba contribuindo para reforçar as ilusões nos trabalhadores de que é possível derrotar a extrema direita nas eleições, quando essa só pode ser combatida e esmagada por meio dos métodos da luta de classes.

O POR, assim como no primeiro turno, comparece no segundo turno com o voto nulo, denunciando a democracia burguesa que, no fundo, expressa a ditadura de classe da burguesia sobre as massas exploradas. O POR chama o voto nulo vinculado à necessidade de organizar a luta das massas pelas reivindicações, com os métodos próprios da ação direta, e combatendo as ilusões nas eleições burguesas.



Paraíba

Disputa por João Pessoa vai ao 2º turno

Por falta de aproximadamente 3500 votos, Cícero Lucena (PP, com vice do PSB) terá de disputar o segundo turno. Marcelo Queiroga (PL, com vice do NOVO) ficou em segundo lugar, com 21,77%, enquanto o atual prefeito teve 49,16%. O candidato da ultradireita, que no início era visto como “sem votos”, ultrapassou seus adversários do Podemos e do PT.

Em terceiro, Rui Barbosa (Podemos) que ficou com 16,71%, já declarou apoio a Queiroga, bem como sua vice Amanda de Melo (MDB). União Brasil e PSDB fizeram o mesmo. Já o MDB cancelou a coletiva para se pronunciar e até o momento não há nada oficial.

Como líder do PSDB, Pedro Cunha Lima declarou apoio à Queiroga, alegando apoiar “mudanças”. Não poderia ser mais hipócrita, já que em Campina Grande, a outra cidade do estado onde também haverá segundo turno, Pedro apoia seu primo Bruno Cunha Lima (UNIÃO) à reeleição, tendo obtido no primeiro turno 48,22%. Lá a disputa é com Dr. Jhony (PSB) que teve 34,58%. Na democracia oligárquica, a mudança que interessa é só aquela que atende aos interesses dos politiquês e das oligarquias.

Em quarto ficou o candidato do PT, Luciano Cartaxo com 11,77%. O diretório municipal do PT deliberou e tornou público o apoio a Lucena, com a demagógica justificativa de “lutar contra o Bolsonarismo”. Cartaxo contrariou o partido e declarou neutralidade. O mesmo fez Ricardo Coutinho, aliado dos petistas no estado. O PSOL deixou suas bases livres para votar, enquanto que na matéria divulgada, levantou o slogan “Nem Lucena, nem Queiroga”. Se fossem consequentes com tal frase, deveriam chamar o voto nulo.

Os candidatos da UP e do PCO não somaram juntos nem 1% dos votos. Até onde foi possível sondar, a UP não pretende declarar apoio a ninguém, enquanto PCO e o PSTU vão orientar suas bases a votarem nulo. Evidentemente, não tinham como recorrer ao tradicional voto crítico.

O POR já tinha se colocado pelo voto nulo no primeiro turno, descrevendo que nenhuma das candidaturas era capaz de mobilizar os explorados e colocá-los no rumo da luta direta. Em João Pessoa, 5,37% votaram nulo e 3,36% em branco.

Chama mais atenção as abstenções na votação, que foram de 19,28%, cerca de 100 mil eleitores. Nota-se que parte da população, que viu e vê como certa a reeleição de Lucena, está desiludida. Denúncias têm sido recorrentes e investigações em andamento devido o aliciamento de votos por parte do PP e aliados, que usariam uma rede de contatos nas comunidades para facilitar a entrada de suas candidaturas e dificultar outros partidos de fazerem campanha. Os Lucena alegam perseguição. Até líderes do tráfico de drogas na região foram citados nas denúncias.

O estado também comparece em terceiro lugar no número de denúncias de manipulação eleitoral, que é quando o patrão tenta indicar em quem se deve votar – que é especialmente comum nos serviços públicos municipais e estaduais da cidade. Vemos assim que, na sociedade capitalista, a livre escolha de candidatos é ilusória, e que a democracia no Brasil é caricata.

A composição da câmara de vereadores favorece Lucena, com enorme maioria sendo do espectro de centro-direita, direita e ultradireita. Em uma capital que elege 29 vereadores, o PP lidera com 5, seguido de seu aliado Republicanos, 4. PL e PSB com 3 cada. O PT elegeu apenas 1 vereador, havendo mais 1 pela coligação com o PV. Novamente, o PT e seus aliados veem frustrada sua tese de enfrentar a direita e ultradireita nas urnas. Só a luta direta dos explorados pode mudar o cenário reacionário e de destruição da força de trabalho que vivemos.

Todo esse cenário deve ser usado para organizar os explorados paraibanos em torno as suas reivindicações. Fortalecendo os atos, comitês de luta e a construção de seu partido. O POR encarna essas tarefas.

Balanço das eleições do 1º turno no estado de Rondônia

As eleições para as prefeituras no estado expressaram semelhanças com o restante do país no que diz respeito ao ascenso da política da direita e ultradireita. Dos 52 municípios do estado de Rondônia, o partido que disputou em primeiro lugar foi o União Brasil (UB). Conseguiu eleger 16 prefeitos no primeiro turno. O PL ficou em segundo lugar, com 12 eleitos, enquanto o PSD em terceiro lugar com 7 prefeitos.

Os demais partidos, com números inexpressivos de prefeitos eleitos, aparecem em quarto lugar, respectivamente: MDB e PP elegeram 4 prefeitos, em quinto, Podemos e Republicanos, 3 e PRTB e Avante, 1 prefeito. Isso mostra a materialidade da força dos partidos oligárquicos com expressões da extrema direita em todo o estado, alavancado sobremaneira com o programa da política direita posto de pé pelo governador Marcos Rocha, coronel da polícia militar e fiel seguidor de Bolsonaro.

Em Porto Velho, a campanha iniciou com 7 candidatos à prefeitura. No decorrer, a candidata Mariana Carvalho (UB), que desde o início se manteve no topo das pesquisas das intenções de votos, Leo Moraes (Podemos) como segundo colocado. Já no final da campanha, Mariana foi caindo, o que culminou no resultado para o segundo turno.

Assim, do total de 268.585 votos no município somente, 250.013 foram votos válidos. Mariana obteve 111.329, que correspondem a 44,53 %, Léo Moraes, 64.125, 25,65 %. Os votos em branco perfize-

ram um total de 7.371, correspondendo a 2,74 %. Os nulos formaram um total de 11.201 votos, 4,17%. Enquanto isso, as abstenções arrastaram um número expressivo de pessoas no total de 93.663, 25,86%, percentual que se encontra acima do número de votos que levou o segundo colocado para disputar o segundo turno. Os partidos que se reivindicam de esquerda, sequer elegeram vereadores na capital.

O que se percebe nesta eleição, altos percentuais de não comparecimento nas eleições e dos votos nulos, que revelam crescimento do descrédito dos explorados nas vias eleitorais para solução das suas necessidades vitais imediatas. A eleição para prefeito em Porto Velho retrata a política desenvolvida em todo estado e mostrou que, entre os eleitores votantes, cresceu também o percentual de preferências por escolhas de candidatos dos partidos da direita e extrema direita, que se choca com o percentual elevado de votos nulos e abstenções.

O POR interveio nestas eleições no estado com a campanha de que os explorados não devem ter nenhuma ilusão nas eleições burguesas, orientando as massas a votarem nulo na defesa de suas reivindicações. Levantou a bandeira por um dia Nacional de Luta, com paralisações, manifestações e bloqueios de rua! Preparar a Greve Geral! Mostrou ao explorados o caminho do programa de expropriação da burguesia, po meio de uma revolução social! Construir o Partido Operário Revolucionário!

Rio de Janeiro

A classe operária carioca não pode se iludir com o resultado das eleições municipais

Como já era previsto, no Rio de Janeiro, o atual prefeito Eduardo Paes se reelegeu no primeiro turno com 60,47% dos votos válidos, derrotando Alexandre Ramagem (30,81%), candidato de Bolsonaro, e Tarcísio Motta (4,2%). Esse sucesso do atual prefeito se dá pelo governo populista que vem desempenhando a anos, além da realização de obras em toda a cidade, em especial na zona oeste, que representa 70% do território da cidade e curral eleitoral da direita.

Eduardo Paes se colocou como uma alternativa “neutra” diante da polarização, o que não atraiu a ira dos bolsonaristas e nem da esquerda mais tradicional, como o caso do atual presidente da Embratur, ex-PSOL, Marcelo Freixo. Outro ponto que contribuiu para esse cenário foi o mandato do último prefeito da cidade do Rio de Janeiro, o evangélico Marcelo Crivella, do PL, que fez uma gestão desastrosa, com uma série de escândalos, má administração e corrupção, ao ponto de ser preso em 2020.

O candidato do Bolsonaro, Alexandre Ramagem, não conseguiu emplacar uma campanha como a esperada, uma vez que não se viu nenhum esforço do ex-presidente e do PL partido em apoiar a candidatura. Ramagem é uma pessoa desconhecida para os cariocas e não trouxe “entretenimento” para alavancar sua candidatura, como fez o Pablo Marçal em SP. Entretenimento que o próprio Eduardo Paes se utilizou como instrumento de campanha ao se colocar como um candidato próximo da juventude e do modo de vida do carioca médio.

Já no caso das eleições para vereadores, o que se viu foi um reflexo da mesma situação da prefeitura, onde o PSD garantiu 16

cadeiras, em seguida do PL com 7, PT e Psol 4, PP, MDB e republicanos com 3 cada. O que chama atenção foi a votação recorde de Carlos Bolsonaro, apesar do racha entre os bolsonaristas, principalmente por conta do insucesso da tentativa de golpe do 8 de janeiro. Carlos Bolsonaro, mesmo marcado pela corrupção, no caso da “rachadinha”, salvou a ultradireita enfileirada por trás de Ramagem.

No município, os eleitores ainda nutrem um sentimento reacionário muito forte. O PL só conseguiu 4 cadeiras por conta desses votos em massa. A desinformação, as teorias da conspiração e as fake News ainda seduzem boa parte da população e seguem nessa alienação contra os próprios interesses. A direita (ligada às igrejas cristãs e aos grupos paramilitares) cria e vende sonhos enquanto a esquerda tenta “administrar” o caos. Tal como nas demais eleições municipais, rejeitamos todos aqueles que se colocam como “melhores administradores da barbárie”. Independentemente dos que foram eleitos, a situação do Rio de Janeiro continua sendo de putrefação do sistema capitalista, que recai sobre a maioria oprimida por meio de operações policiais, demissões, avanço da fome, dentre outras questões que assolam o proletariado carioca.

Enquanto como partido de vanguarda com consciência de classe, enfatizamos nos atos em que tivemos presentes a necessidade de não confiar nas ilusões burguesas e somente confiar nas forças da classe operária e na maioria oprimida do município. Que se construa um só movimento que una a classe operária em aliança com o campesinato para pôr fim às barbáries que assolam o município e que são reflexos da putrefação capitalista.

A campanha pelo voto nulo nas redes sociais

Diferente do que entende a maioria das correntes de esquerda em relação às redes sociais e sua utilização na luta de classes, o POR as utiliza como meio auxiliar na sua agitação e propaganda, repercutindo por elas nossa ação política cotidiana, nas fábricas, nas escolas, nas manifestações etc. Em nosso tempo, com o profundo avanço das comunicações e formas de socialização virtuais, o uso dessas redes é obrigatório, o que não nos permite, no entanto, acreditar que se trata de um canal de ação política que possa substituir a ação prática concreta, no chão da luta de classes.

Em nossos canais (Instagram, Facebook, WhatsApp, YouTube etc.) temos repercutido nossas principais campanhas. Neste momento, trata-se da campanha em torno do posicionamento porista diante das eleições. Divulgamos inúmeras colagens, panfletagens e outras ações, onde apresentamos para as massas a defesa da luta pelas reivindicações mais elementares dos trabalhadores, a defesa de um programa próprio dos explorados, o combate a conciliação de classes e às ilusões democráticas que as eleições burguesas despertam nas massas. Tudo isso, com os métodos próprios de luta da classe operária e demais trabalhadores, sob a estratégia própria de poder da revolução e ditadura proletárias.

Agora, diante do segundo turno das eleições, iniciamos uma nova sequência de postagens sobre a tática nessa nova etapa das eleições burguesas. Recebemos, no entanto, alguns comentários críticos, especialmente com relação ao voto nulo em São Paulo, onde a candidatura Boulos/Marta tem gerado certas ilusões em parte da pequena burguesia e até mesmo entre um setor da classe operária. O acontecimento em si não tem transcendência, mas serve aqui para reforçarmos nossa posição geral sobre o processo eleitoral e sobre as tarefas da classe operária e demais trabalhadores neste e no próximo período.

Em uma postagem no Instagram, com a imagem ao lado, e o seguinte texto de descrição: “Os resultados do primeiro turno deixaram muito claro que a aposta das esquerdas de derrotar a direita e extrema-direita nas eleições fracassou. As tendências mais reacionárias se fortaleceram. Os partidos oligárquicos da burguesia (MDB, PSD, PP, PL, União etc.) aumentaram suas bancadas nas Câmaras de vereadores e nas prefeituras. É justamente no abandono da luta em troca do eleitoralismo, e no conseqüente fortalecimento da conciliação, por parte dos partidos de esquerda, que a direita e extrema-direita crescem. É preciso retomar o caminho da luta de classes! As tarefas no segun-



do turno seguem as mesmas: organizar os trabalhadores para lutar por suas próprias reivindicações, com seus métodos próprios de luta, as greves, as manifestações, os bloqueios etc., ou seja, através da ação direta coletiva; não ter ilusões nas eleições burguesas, decididas em última instância pelo poder econômico; não alimentar ilusões na democracia burguesa e nas instituições da burguesia.”, recebemos alguns comentários como esses: “Não concordo em votar nulo”; “Desacordo”; “Se votarmos nulo, fortalecemos o Nunes e comeremos me...da na canequinha coletivamente. O voto nulo neste momento, só ajudará a direita nos utilizar como degraus para subir ainda mais”; “A ‘esquerda’ que a direita gosta”; “Isso vote nulo, e ao invés de ajudar a eleger candidatos da esquerda vamos ajudar a eleger os da direita”, entre outros comentários semelhantes.

Em primeiro lugar, é preciso ter claro que as confusões e o desespero diante dos processos eleitorais são manifestações da crise de direção do proletariado, que na ausência do seu partido operário revolucionário, penetrado nas massas, se utilizando e defendendo os métodos próprios de luta junto às mais amplas camadas dos trabalhadores, torna as classes trabalhadoras suscetíveis às profundas confusões que as eleições provocam. Tais confusões são constantemente atravessadas pela enxurrada de propaganda política burguesa que o poder econômico despeja sobre as massas todos os dias pelos diferentes meios: TV, rádio, panfletos, igrejas, ONGs e outras organizações.

Não alimentamos os debates infrutíferos de internet, por isso, não respondemos àqueles comentários que não possuem um mínimo de seriedade. Para algumas companheiras que diziam não concordar com o voto nulo nesse momento, respondemos: “As eleições são só uma etapa. Se a camarada tiver acordo com a necessidade de lutar com independência de classe e com nossos próprios métodos, não alimentando ilusões na democracia burguesa, então estamos do mesmo lado e o voto no segundo turno não nos separa.” Ao que houve concordância em geral. A ideia é mostrar que no dia seguinte à votação, e desde o primeiro dia do próximo mandato devemos estar organizados, mobilizados e preparados para enfrentar o governo que se formar. Isso porque, diante da crise capitalista mais geral, diante das tendências mais reacionárias que só vem crescendo no terreno das eleições e diante das pressões do capital para que os prefeitos e vereadores aprovem medidas que favoreçam seus interesses, como na questão imobiliária, só para citar um exemplo, o governo que se formar, deverá atacar os interesses dos trabalhadores em favor dos interesses da burguesia.

Diante dos comentários críticos, alguns simpatizantes partiram em defesa da linha do partido: “a atual conjuntura o VOTO NULO se impõe como a posição mais consequente diante das mudanças estruturais necessárias. Em 2020, a candidatura de Boulos carregava um programa minimamente progressista, com propostas que buscavam de maneira ainda muito tímida, enfrentavam a desigualdade social. Apesar desse programa, sua candidatura representava a conciliação de classes, o que jogava os explorados na continuidade da exploração por parte da burguesia paulistana. Contudo, o caráter progressista do seu programa de governo dava falsas esperanças à população. Havia, naquele momento, a defesa de uma reforma tributária progressiva, medidas para regulamentar o trabalho precarizado dos entregadores de aplicativo e uma política habitacional que propunha desapropriações de imóveis ociosos. No entanto, a campanha de 2024 marca um giro ainda

mais à direita do Boulos (e do PSOL). Medidas como a taxação de grandes empresas e o enfrentamento direto ao capital, desapareceram. No lugar delas, surge uma candidatura que propõe duplicar o efetivo da Guarda Civil Metropolitana de características militarizada e, ao invés de romper com as parcerias público-privadas na saúde, propõe a criação de um ‘Poupatempo’ da saúde, sem atacar a raiz dos problemas dos serviços públicos (sucateamento, falta de investimento, contratações, melhores salários, etc). É uma adaptação à política que enfraquece a luta por transformações profundas e se aproxima dos interesses da burguesia paulistana. Diante disso, o VOTO NULO não é uma omissão. É uma recusa consciente a participar desse jogo político, onde as propostas (e a luta) que poderiam efetivamente mudar a realidade dos trabalhadores foram abandonadas. O VOTO NULO, ao contrário de uma ilusão numa candidatura que capitula à conciliação de classes, representa uma postura de luta por uma política verdadeiramente contra os interesses da burguesia. Para derrotar a extrema direita em São Paulo, não passa por seguir o caminho da conciliação; é necessário mobilizar os explorados nas ruas, nos locais de moradia, estudo e trabalho, apresentar um programa de enfrentamento real à burguesia e seus representantes. Isso a candidatura de Boulos não fez e não fará.”. E concluiu: “Contudo tenho que destacar que o VOTO NULO não é um fim em si mesmo, como muitos reformistas tratam o voto aos seus candidatos. O VOTO NULO deve estar alinhado aos nossos métodos de luta: a defesa de nossas reivindicações por meio de greves, manifestações, bloqueios e outras formas de ação direta coletiva. É através dessa mobilização que o VOTO NULO se torna uma ferramenta de resistência e luta real.”. Como se vê, uma resposta bastante esclarecida do papel do voto nulo nas eleições burguesas e do endireitamento de Boulos e do PSOL frente a conjuntura ainda mais reacionária. Pelo caminho da conciliação de classes não será possível derrotar as tendências reacionárias, nem avançar em posições do proletariado na luta de classes.

Outro simpatizante colocou: “Qual a justificativa daremos pra classe operária e demais oprimidos de chamar voto nas ‘esquerdas’ se, uma vez no poder, agem a serviço dos interesses burgueses e jogam migalhas pros explorados? Se no dia a dia da luta nos sindicatos (campo dos explorados) essa mesma esquerda reformista trai os trabalhadores e abandonam as lutas, imagine no processo eleitoral (campo burguês).” E diante do comentário despolitizado “A esquerda que a direita adora”, uma simpatizante disparou: “mas é a esquerda reformista que está dando espaço para a direita e ultradireita crescerem. É ela quem faz frente ampla de mãos dadas com a direita, não nós.”

Diante do atraso político das massas, que tem como fundamento a crise histórica de direção do proletariado, e que conduz o conjunto dos explorados em parte para a abstenção despolitizada, ainda que seja um sinal de recusa à política burguesa, e em parte para o desespero pequeno-burguês, que acredita ser a eleição o principal bastião da luta política, o POR segue seu trabalho paciente e obstinado em organizar a classe, combater suas ilusões na democracia burguesa, elevar sua consciência, e colocá-la em movimento. Só com a classe em movimento, organizada e em luta, será possível utilizar as eleições em favor das posições dos trabalhadores na luta de classes. Pelo contrário, atomizada e desorganizada, apenas podem assistir as eleições decididas pelo poder econômico, sem poder modificar a situação em seu favor.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Transcrevemos abaixo a exposição de um camarada do Partido Operário Revolucionário (POR) realizada em 28 de setembro na TV A Comuna, sobre o tema “As eleições e a luta revolucionária”

Acho de extrema importância que comecemos esse debate sobre as eleições, procurando mostrar o significado histórico e político do sufrágio universal. As eleições, como conhecemos hoje (eleições para vereadores, para prefeito e daqui a dois anos para governadores e presidentes), fazem parte do que chamamos de sufrágio universal. Trata-se de uma expressão do regime democrático burguês. Nós estamos diante de uma forma particular assumida pelo Estado burguês, vale dizer, uma forma particular de expressão da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida. Nós falamos forma particular, historicamente determinada, porque nem sempre o Estado burguês se configurou dessa maneira, como um Estado democrático que permite certas liberdades democráticas, liberdade de organização, de imprensa, de manifestação etc. Houve momentos em que o Estado burguês se estruturou de maneira tal que as frações burguesas que disputavam o poder, as frações oligárquicas que disputavam a máquina do Estado, tinham de se revezar na direção da política burguesa por meio de golpes de Estado violentos. A história da América Latina desde o processo de independência no comecinho do século XIX até meados do século XX tem sido muito rica em exemplos desse tipo.

Então, a primeira coisa é fazer essa pontuação. As eleições são expressão da democracia burguesa e, segundo Lênin, a forma mais bem elaborada pela burguesia para que as frações burguesas se alternem no comando do Estado. Queremos dizer com isso o seguinte: as eleições são um terreno de disputa da burguesia. Não se trata de um terreno de disputa do proletariado e do campesinato pelo poder. Os oprimidos não têm como se emancipar pela via das eleições. Não tem como conquistar a sua emancipação, a sua libertação, enquanto classe oprimida, pelas vias institucionais, tentando capturar essa máquina do Estado burguês e utilizando-a para os fins de defesa das condições de vida das massas.

A ideia de que é possível capturar a máquina do Estado, conquistar prefeituras, conquistar o governo do estado, apresentar um novo projeto (diferente das frações burguesas hegemônicas) e por meio dele assumir a direção do Estado, fazer o Estado funcionar em favor dos oprimidos é uma ideia muito velha, por sinal. É uma ideia que remonta à Segunda Internacional. É uma ideia que foi combatida a ferro e fogo pelos marxistas. Ela por exemplo foi objeto de ataques virulentos por parte de Lênin, dos bolcheviques, de Trotsky, Rosa Luxemburgo etc. Repito a essência da crítica: não há saída para os oprimidos no quadro das eleições burguesas por mais democráticas que se apresentem as eleições.

O fundo eleitoral, o fundão, este ano, está destinando quase R\$ 5 bilhões para financiar os partidos burgueses, os partidos reformistas e os pequenos partidos ideológicos que se reivindicam do socialismo. Há quem diga que esse fundão é uma expressão de avanço da democracia burguesa. O PT, por exemplo, não se coloca contra a ideia deste fundão voltado ao financiamento público de campanhas. É necessário então fazer algumas ponderações: a primeira é de que se nós constatamos que as eleições não são um canal por onde os explorados conquistarão sua emancipação mas, ao contrário, são um terreno de disputa próprio das frações burguesas por meio das quais elas se alternam no governo.

Então qual deve ser a posição do partido do proletariado diante dessas eleições? O proletariado deve fazer uso das eleições burguesas? Deve intervir nas eleições? Estas perguntas acompanham a história do movimento operário desde muito cedo e a resposta que o marxismo tem em relação a isso é: sim, os marxistas revolucionários e a classe operária, na luta por sua libertação, podem vir a fazer uso dos métodos estranhos a ela, como as eleições. Nós sabemos que os métodos próprios do proletariado, os métodos de luta tradicionais das massas, das classes que não são proprietárias de meios de produção e que vivem da venda de sua força de trabalho, é a greve; e, além dela, as manifestações de rua, as passeatas, ocupações, bloqueios de avenidas e, por fim, a insurreição armada, que é também ação direta. Aliás, a revolução é o ponto alto da ação direta; é sua expressão máxima, quando as massas recorrem às armas para destruir o Estado burguês e para tomar, pela via revolucionária, o poder em suas mãos. Então, é possível que o proletariado recorra, para além dos seus métodos tradicionais de luta a métodos estranhos como as eleições burguesas. (...) O que precisa ficar claro é que os explorados compreendam que, taticamente, o uso das eleições, o uso das brechas legais da democracia burguesa pode ser um canal por onde ele potencialize sua luta, por onde consiga chegar às camadas mais atrasadas dos explorados e travar uma luta ideológica contra as frações burguesas no sentido de emancipar essas camadas da influência dos partidos burgueses. Assim está perfeitamente justificada a intervenção nas eleições.

Então esse é o parâmetro do qual partimos e que foi estabelecido classicamente pelo marxismo. Assim agiu, por exemplo, o partido bolchevique. Não tenhamos dúvida de que o partido bolchevique interveio assim nas eleições da Duma no Império Czarista, uma eleição truncada com uma Duma completamente impotente, sem poder de deliberação, apenas consultiva, mas ainda assim os bolcheviques intervieram nesse processo uma vez que compreenderam que podia servir de canal para chegar às camadas mais atrasadas dos trabalhadores, da Juventude oprimida e, sobretudo, dos camponeses. Então esse é o ponto de partida.

Nossa estratégia, a estratégia dos marxistas, não é, nunca foi, nem nunca será a de constituir um governo de trabalhadores saído das urnas com fins de se apoderar da máquina do Estado e fazê-la funcionar em benefícios dos explorados. Não, a estratégia dos marxistas desde o Manifesto Comunista tem sido a de lutar por sua própria ditadura de classe, tem sido a de lutar pela demolição da máquina do Estado burguês.

(...) Nossa estratégia, portanto, é a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Esse é nosso objetivo e não vamos alcançar esta revolução e a ditadura proletárias por meio das eleições. Contudo, podemos utilizá-las desde que as massas apresentem ilusões quanto ao processo eleitoral. Óbvio que, se as massas não tiverem quaisquer ilusões nas eleições burguesas, nas suas instituições, na justiça etc., se as massas recorrerem à ação direta para resolver, com as suas próprias mãos, os seus problemas de classe e se as massas compreenderem que apenas a ação direta é o que lhes permite alcançar suas reivindicações, a intervenção nas eleições deve ser descartada. Ela tem que ser boicotada pelo partido revolucio-

nário. Assim aconteceu na Revolução russa de 1905, quando Lênin chamou o boicote às eleições da Duma.

E não tenhamos nenhuma dúvida de que em inúmeros processos revolucionários a burguesia e as oligarquias vão recorrer ao manejo da democracia burguesa como forma de desviar as massas do seu caminho para a tomada do poder. Vimos isso, por exemplo, em outubro de 2019, no Chile. O país, em outubro deste ano, atravessou uma situação inegavelmente revolucionária com uma ebulição de massas nas ruas que começava a incorporar a classe operária e onde o governo não tinha, naquelas condições políticas, como simplesmente reprimir o movimento. O governo recorreu ao expediente da Assembleia Constituinte e, por meio dela, óbvio que com a colaboração das lideranças deste processo revolucionário, lideranças reformistas, centristas, conciliadoras, o processo foi desviado. As massas se retiraram das ruas e correram atrás de uma Constituinte. Elegeram a maioria nesta Constituinte de representantes considerados “populares” na expectativa de que a sua vida poderia ser transformada por meios institucionais. O que sobrou desse processo todo no Chile? (...) Tivemos um aborto de Constituição que mais tarde foi rejeitada num plebiscito; acabou-se. O Chile permanece até hoje com a Constituição pinochetista, e um movimento que prometia grandes possibilidades foi canalizado e desviado pelas ilusões institucionais. Eis, portanto, um dos mecanismos que a burguesia pode recorrer. Lógico que também podem recorrer ao exército, pode recorrer a um golpe de Estado para impedir que os movimentos alcancem o poder. Mas, as frações burguesas não vão abrir mão nunca da possibilidade de lançar a cartada democrática.

Neste preciso momento, as massas trabalhadoras do Brasil inteiro estão embriagadas com o discurso democrático Em Fortaleza, em São Paulo e em outros estados que o POR se acha organizado ouvimos das correntes de esquerda: “mas vocês não vão votar em nenhum candidato? Vocês vão permitir a vitória do fascismo? Não vão intervir de forma alguma? A cidade vai ter um prefeito de uma forma ou de outra, se vocês não se posicionarem eles vão dar um jeito de montar um governo.” Vejam que aí se reflete a embriaguez dos explorados. São educados e estão acostumados a vislumbrar para solucionar seus problemas um único caminho: as eleições.

Nesse sentido, a tarefa primeira dos revolucionários é remar contra a maré. Nadar contra a corrente, por mais forte que ela seja. Nós precisamos ir às fábricas, à juventude; precisamos ir aos bairros pobres, aos bairros proletários; precisamos sacudir o proletariado e organizá-lo em torno das suas reivindicações por mais imediatas que sejam. Precisamos desmascarar o reformismo, o centrismo e as correntes que são colaboracionistas, e dizer para os explorados que não haverá conquista nenhuma de suas reivindicações a não ser pela via da ação direta.

Esse objetivo não inviabiliza a intervenção eleitoral. Se o POR tivesse uma possibilidade institucional de lançar um candidato nas eleições que utilizasse os espaços da democracia burguesa para defender o Programa de Transição da Quarta Internacional, para defender o programa da revolução proletária, nós assim o faríamos. Mas não temos e chamamos o voto nulo nessas eleições. O voto nulo é uma forma de intervir nas eleições, bem diferente do abstencionismo que é geralmente uma ferramenta manejada pelas correntes anarquistas. Nossa tarefa é intervir nas eleições.

Se não há possibilidade de intervir com candidatos próprios, que apresentem um programa revolucionário e despertem as massas para confiarem em suas próprias forças ou se não há condições de apoiar nenhuma das candidaturas colocadas, é obrigatório a defesa do voto nulo vinculado à defesa do programa de ação. Mas a intervenção nas eleições de forma alguma é a nossa intervenção fundamental. Nossa intervenção prioritária tem que se fazer no movimento sindical, nas lutas imediatas dos trabalhadores para que se possa transformar o instinto comunista dos explorados em consciência proletária, em consciência revolucionária, em política revolucionária organizada no partido revolucionário marxista-leninista-trotskista e apontar o caminho da revolução.

A imensa tragédia que estamos vivendo nessas eleições com o aparecimento de frações muito poderosas da ultra direita fascizante (e que vão ganhar, sem dúvida, inúmeras prefeituras nos mais diversos estados) é o fato de não contarmos com o partido revolucionário. Não contamos com nenhum partido revolucionário e isso tem pesado bastante e desfavoravelmente na luta dos explorados. Estes foram os pontos fundamentais e principais que eu quis destacar inicialmente em minha fala.

Amplia-se a privatização da Educação em SP sob o governo Tarcísio

O governador ultradireitista de São Paulo, Tarcísio de Freitas/ Republicanos, está avançando em seu plano de privatização dos serviços públicos. Já havia conseguido aprovar a entrega da Sabesp, e agora lança suas garras sobre a Educação pública paulista, numa ação que faz parte do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado (PPI-SP). Já estão marcados os leilões para a venda de 33 escolas, que serão construídas em 29 cidades do estado, abrangendo 35 mil estudantes.

Os leilões ocorrerão na B3 (Bolsa de Valores) e foram divididos em dois lotes, “Oeste” e “Leste”, que serão rifados nos dias 29/10 e 1º/11, respectivamente. O “lote Oeste” envolve a construção de 17 escolas, com 462 salas de aula e cerca de 17 mil vagas; o “lote Leste” terá 16 escolas, 476 salas, para cerca de 17,6 mil estudantes. O “investimento” esperado é de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão. O contrato será de 25 anos, sendo prevista a entrega de metade das unidades até o segundo ano de contrato, e o restante até o terceiro ano.

Está prevista também a entrega à iniciativa privada dos serviços de manutenção de 143 escolas da rede estadual, todas localizadas no município de SP e região metropolitana, sendo 70 da Diretoria de Ensino Centro-Oeste e 73 da Leste 5, ação que também está inserida no âmbito do PPI. Estas escolas abrangem por volta

de 85 mil estudantes. Prevê-se o investimento de cerca de R\$ 1,7 bilhão ao longo de 20 anos.

Essa onda de privatizações engloba a concessão de serviços lotéricos, com leilão previsto para 28/10. Na verdade, já são vários os setores públicos entregues aos capitalistas em décadas de governos privatistas, principalmente com a série de mandatos do PSDB – e mesmo antes deste partido assumir o governo estadual, como no caso da venda da companhia aérea Vasp por Orestes Quércia, do PMDB (hoje MDB). Depois vieram as privatizações da Eletropaulo (atual Enel, empresa execrada pela população pelos péssimos serviços e tarifas elevadas), de linhas do Metrô (como a 5-Lilás e a 4-Amarela), entre muitas outras.

A própria Sabesp, citada anteriormente, já tinha 49,7% das ações negociadas na bolsa de valores. A venda levada a cabo por Tarcísio foi de 32%, sendo que 15% ficaram com o grupo empresarial “vencedor” (não houve concorrência), chamado Equatorial, e 17% para investidores. O Executivo paulista, que tinha 50,3%, preservou apenas 18% dos papéis da empresa. Na própria Educação há muitos precedentes, vários setores já haviam passado ao controle das empresas terceirizadas, como no caso da merenda, vigilantes e limpeza.

Em todos esses casos, em toda essa trajetória, as privatizações foram concluídas praticamente sem resistência alguma. As direções sindicais - que em grande medida são as mesmas até hoje, como no caso da Apeoesp, há décadas dirigida pelo PT - não se empenharam em erguer uma poderosa luta contra o entreguismo dos governos ditos “neoliberais”. Pelo contrário, considerando a experiência dos petistas na administração federal (Lula e Dilma) e mesmo nas Prefeituras (Erundina, Marta e Haddad), o que se viu foi a adesão dos reformistas aos planos de privatização.

O quadro atual é de enorme avanço do fenômeno da desestatização, o que resulta em enorme prejuízo aos explorados. Apenas uma ultraminoria de capitalistas se beneficiou e se beneficia com a entrega das estatais. Os ideólogos da burguesia sempre sustentaram que se tratava de “enxugar” a máquina estatal, de modo que isso permitiria ampliar a capacidade de investimento em outras áreas. Na década de 1990, utilizou-se muito o argumento do “déficit” das empresas (as vendas da Vasp e do Banespa se deram sob essa desculpa esfarrapada). Hoje, nem isso - a Sabesp, por exemplo, era uma empresa superavitária quando foi rifada. Em 2022, a empresa registrou um lucro de R\$ 3,1 bilhões.

Por trás desses falsos argumentos se encontra o interesse puro e simples por abocanhar empresas que exploram setores estratégicos da economia. Veja-se o exemplo do transporte: trata-se de um serviço que apresenta demanda permanente, visto que as pessoas precisam se locomover forçosamente de suas casas ao trabalho ou local de estudo, e depois retornar. O mesmo se passa com a energia elétrica, o fornecimento de água ou tratamento de esgoto. Não há escolha, não são serviços ou artigos dispensáveis. Não é preciso “convencer” os consumidores a comprarem tais “mercadorias”.

As receitas são fartas e apresentam pouca flutuação, tornando o controle dessas empresas muitíssimo cobiçado pelos capitalistas, ávidos por lucro.

Para a população assalariada, no entanto, a privatização significa, via de regra, a piora na qualidade e o aumento dos preços/tarifas. Quando atinge a Educação e a Saúde, em particular, traz consequências nefastas, pois são serviços essenciais, utilizados pela população mais pobre. Para os trabalhadores dessas empresas, privatizar representa perda da estabilidade, contratos precários, quebra de direitos e salários rebaixados. Vale lembrar que isso tudo, do ponto de vista dos donos dessas empresas, é sinônimo de mais “eficiência” e “competitividade” - palavreado que só engana os incautos. Na prática, a precarização dos serviços e das relações de trabalho serve exclusivamente aos interesses do capital.

A Corrente Proletária/POR tem feito uma campanha sistemática em torno ao problema das privatizações, colocando a necessidade de ligar esse combate à defesa das reivindicações elementares dos trabalhadores, por empregos, salários e direitos. Diante do leilão das escolas em SP, a Apeoesp tem particular responsabilidade no processo de mobilização e precisa cumprir seu dever, convocando a assembleia estadual presencial.

Porém, por se tratar de um problema geral, que diz respeito a uma ofensiva mais ampla do capital sobre direitos históricos dos trabalhadores, estes têm de dar uma resposta unificada. As centrais sindicais, principalmente, precisam sair da letargia em que se encontram e organizar a resistência coletiva, com os métodos próprios da classe operária. É urgente a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas nas ruas, como forma de impedir o avanço das privatizações.

Campanhas do POR




NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XX - Outubro de 2024

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Política Operária

A classe operária e demais trabalhadores jamais devem confiar, apoiar ou votar nos candidatos e partidos da burguesia (patrões). Devemos construir nosso próprio partido, operário revolucionário!

No 2º Turno das eleições Vote Nulo! Digite 00! O mais importante: não basta votar nulo! Devemos organizar a luta em defesa dos empregos, salários e direitos por meio da greve, manifestações e bloqueios!

Em 52 cidades do país haverá 2º turno. A média de abstenção nas eleições em todo o país foi de 21,68%. Em São Paulo, a abstenção foi recorde, 27,34% e os votos nulos e brancos somaram 9,81%. No Rio de Janeiro, a abstenção (30,58%), nulos (7,06%) e brancos (4,39%) foram também altíssimos, considerando que Eduardo Paes foi reeleito com 60,47%. Fato semelhante aconteceu em mais oito capitais. O alto índice de abstenções, votos nulos e brancos, no primeiro turno, deixa claro que uma importante parte dos explorados já não se importa ou não acredita nas mentiras e promessas dos politiquês burgueses.

Porém, não basta em não ir votar ou votar nulo! A tarefa colocada à maioria explorada é a de construir nosso próprio partido operário, revolucionário. Devemos nos organizar a partir das fábricas e em outros locais de trabalho para construir as comissões de luta, independentes, classistas e revolucionárias. Expulsar a burocracia sindical traidora e resgatar os sindicatos para a luta de classes. O Partido Operário Revolucionário convocou os trabalhadores a votarem nulo, mas para defender e combater por um programa de ação.

Considerando que cerca de 70% dos explorados ainda têm ilusões nas eleições, o POR dedica toda sua força militante, fazendo o trabalho na porta das fábricas e demais locais de trabalho chamando as massas a não terem nenhuma confiança nos partidos burgueses, nenhuma ilusão nas eleições burguesas e a acreditarem apenas em nosso método próprio de luta, que são a greve, a ocupação de fábricas e terras, as manifestações e bloqueios para defender os empregos, salários, saúde e educação pública, moradia e direitos!

Todos os partidos (PT, MDB, PSOL, PL, PP, PSD, União Brasil, Republicanos etc.), que estão na disputa eleitoral são partidos burgueses, que representam interesses econômicos da burguesia industrial, do agronegócio, dos bancos, do comércio etc. Está aí por que Temer/MDB e Bolsonaro/PL aprovaram as contrarreformas trabalhista e previdenciária e o governo burguês de frente ampla do Lula/PT, as mantêm retirando direitos e tornando quase

impossível a aposentadoria. Quando é para retirar direitos, cobrar imposto de renda sobre os salários, aprovar o salário mínimo miserável de R\$ 1.412,00, todos os partidos, tanto do governo como da oposição burguesa, estão de acordo.

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos e centrais rompem com o governo burguês de Lula e demais partidos burgueses e convoquem um Dia Nacional de Luta, com manifestações e bloqueios, como preparação da greve geral para defender o programa próprio de reivindicações do proletariado com independência de classe. É necessário ligar a luta pelas reivindicações fundamentais - como emprego a todos por meio da redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, escala móvel das horas de trabalho, salário mínimo vital, moradia a todos, terra aos camponeses pobres - à luta política pelo fim do capitalismo e em defesa do socialismo.

Pernambuco

Pistoleiros pagos por latifundiários atacam camponeses do Engenho Barro Branco, baleando estudante da UFPE!

Constituir a aliança operária e camponesa!

A Mata Sul de Pernambuco viveu mais um dia de terror e luta em 28 de setembro. Na data, uma missão de solidariedade de estudantes do IFPE e UFPE se deslocaram de Recife a Jaqueira/PE para levar alimentos, medicamentos e produzir matérias sobre os ataques dos latifundiários e a resistência camponesa, apoiada pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP). Pela tarde, estava marcada uma assembleia popular. Logo que o sol nasceu, enquanto muitos camponeses estavam nas feiras da região 14 camionetes fizeram um desfile macabro pelos sítios dos posseiros, anunciando os ataques. Junto com 50 pistoleiros da Agropecuária Mata Sul, cães e duas retroescavadeiras, pessoas ricas da região exibiam suas armas de grosso calibre. Diante do massacre iminente, os camponeses e estudantes organizaram sua autodefesa, com pedras, paus, instrumentos de trabalho e barricadas com fogo. Os pistoleiros acabaram atingindo uma estudante, uma camponesa e um camponês.

A resistência camponesa e estudantil frustrou o plano dos latifundiários de destruir casas e a sede da associação com a retroescavadeira e massacrar os posseiros. A prioridade dos partidos e correntes políticas de esquerda eleitoreira tem sido a de caçar votos nas eleições municipais, pouca atenção tem sido dada à grave situação na mata sul. A tentativa de massacre contra os camponeses deve desencadear um forte movimento, envolvendo a classe operária, os camponeses e a juventude, pela expropriação sem indenização das terras dos Engenhos da região, estatização e entrega das terras aos que nela vivem e trabalham.

O Boletim Nossa Classe luta para que as centrais, sindicatos e movimentos sociais convoquem um Dia Nacional de Luta. Defende a constituição dos Tribunais Populares baseados na ação direta das massas para julgar e punir os crimes da burguesia contra os camponeses, indígenas e apoiadores. Constituir a aliança operária e camponesa! Organizar a autodefesa dos oprimidos!

Denúncia dos operários da Volkswagen

“A comissão de fábrica está cada dia pior!”

Durante a entrega do Boletim Nossa Classe na Volkswagen de São Bernardo do Campo, um operário comentou que a Comissão de Fábrica na Volkswagen está cada vez pior, pois sempre que algum operário faz alguma crítica sobre os ataques da Volks, da chefia, ou mesmo da própria burocracia sindical, a resposta que recebem é que tudo está nos acordos aprovados em assembleias pelos operários, e que, portanto, a comissão de fábrica nada pode fazer.

Colocar a culpa nos operários é a velha tática da burocracia para não organizar a luta. O que a burocracia não fala é que eles acabaram com a democracia operária no sindicato. As assembleias estão completamente burocratizadas e são feitas somente para impor as pautas já acordadas com a própria empresa e sem chance dos operários e correntes de oposição apresentarem suas propostas para serem votadas. Os dirigentes sindicais constantemente estão traindo os operários negociando acordos de demissão, terceirização, PDVs, lay-off, banco de horas etc., no ABC, em São Paulo, em São José dos Campos e demais regiões do país. Não defendem as reivindicações e o método de luta próprio da classe operária, que são as greves, a ação direta, e utilizam os sindicatos

como trampolim político, para conseguir cargos de vereadores, deputados, ministros e outros.

Diante dos ataques constantes dos patrões à classe operária, nós, do Partido Operário Revolucionário (POR), chamamos os operários a tomarem em suas mãos a luta pela formação de oposições dentro das fábricas. É preciso formar uma nova direção sindical classista e revolucionária, que livre o sindicato da direção burocrática, corrompida e traidora.

Para não expor os operários que decidem se organizar no chão de fábrica, o POR e o Boletim Nossa Classe vêm realizando os Encontros Operários mensalmente, para que de forma coletiva possamos retomar as comissões de fábricas e sindicatos para a real luta em defesa da classe operária. É urgente a defesa da democracia operária nos sindicatos, com direito de expressão nas assembleias para todos os operários e correntes políticas de oposição que estejam atuando no movimento operário.

Multinacional alemã anuncia o plano de demissões! Defender os empregos por meio da greve com ocupação de fábrica e implantando o controle operário da produção

A multinacional alemã Volkswagen anunciou o seu plano de cortes de gastos: demissão e fechamento de fábricas. Alega a transição para os carros elétricos, a baixa demanda e a concorrência com os carros chineses. Assim, comunicou o fechamento de duas fábricas na Alemanha, entre elas está a tradicional fábrica, localizada em Wolfsburg. Além disso, anunciou que fará revisão nos acordos pactuados com os 680.000 metalúrgicos, que têm em todo mundo.

Os 25 mil metalúrgicos em assembleia na sede da empresa, em Wolfsburg, protestaram contra os cortes diante do dirigente financeiro da multinacional. A direção sindical prometeu realizar greves e disse que não deixará de lado a reivindicação de reajuste salarial. No entanto, a montadora insiste em colocar fim a um acordo com o sindicato, que garantia a “estabilidade no emprego” nas seis fábricas, justificando que era preciso pôr fim a esse “pacto” para reduzir gastos.

Os operários da Volkswagen, unidade Anchieta aqui no Brasil,

conhecem muito bem a mentira dos acordos de estabilidade no emprego usado pela burocracia. A Volks que em 1998 tinha 24 mil operários, hoje tem apenas 8.200, e com a conivência da direção do sindicato continua demitindo trabalhadores com doença ocupacional e que pela convenção coletiva já teria estabilidade no emprego.

Os operários da Volks no Brasil e toda classe operária em nosso país devem se solidarizar na prática com os operários alemães. Temos consciência de que, para derrotar a decisão da multinacional de fechar fábricas, cortar empregos, reduzir salários e arrancar direitos trabalhistas, é preciso ocupar as fábricas e impor o controle operário da produção.

O Boletim Nossa Classe defende que o Sindicato metalúrgico do ABC convoque imediatamente uma assembleia geral para se solidarizar com os companheiros da Volks na Alemanha e organizar nossa luta no Brasil contra os mesmos ataques patronais. Não ao fechamento de fábricas! Pelo controle operário da produção!

Formação política do Nossa Classe

A fase monopolista do capitalismo e a crise de superprodução

Sob a forma monopolista e de domínio do capital financeiro, o capitalismo entrou na era de sua decadência histórica. As contradições do modo de produção baseado na exploração do trabalho assalariado e acumulação de capital alcançaram o estágio mais elevado. As forças produtivas – máquinas, ferramentas, matérias-primas, força de trabalho etc. - já não podem se desenvolver livremente, uma vez que as relações monopolistas (poucas empresas controlando os principais ramos da produção), as encarceram. A extraordinária acumulação de capital não tem mais como ser aplicada plenamente na produção de mercadorias e produtos. Ocorre que os mercados estão saturados para um grande potencial industrial já instalado. Existe uma crise de superprodução.

Por um lado, muitas empresas com grande capacidade de produção e do outro, a classe operária recebendo um salário de miséria, com cada vez menos poder de compra. São trabalhadores esmagados pela exploração, pelo desemprego estrutural crescente ou pelo sub emprego. Uma reforma qualquer implicaria incorporar uma grande parcela desses milhões no consumo, assegurando-lhes um salário mínimo vital, emprego, moradia, educação, saúde

etc. Porém, é o contrário que ocorre. O capitalismo está lhes trazendo mais miséria e fome. A ciência e a tecnologia avançadíssimas já não podem ser amplamente aplicadas e estão a serviço da mera concorrência monopolistas, sob controle das multinacionais e do imperialismo.

A impossibilidade de utilizar toda a capacidade instalada de produção da indústria recai sobre a classe operária na forma de fechamento de fábricas, desemprego e rebaixamento dos salários e direitos. O fechamento das quatro fábricas da Ford no Brasil em 2019, causando milhares de demissões; o anúncio em setembro de fechamento de duas fábricas da Volkswagen na Alemanha, são expressão da crise de superprodução e do choque entre a produção que é realizada de forma coletiva pela classe operária e a propriedade privada monopolista dos meios de produção em mãos da burguesia. Somente colocando fim a propriedade privada, expropriando a burguesia do poder por meio de uma revolução social e estabelecendo a propriedade social, coletiva dos meios de produção, será possível o livre desenvolvimento das forças produtivas.

Um ano de destruição e carnificina na Faixa de Gaza!

Constituir uma poderosa frente única anti-imperialista para acabar com a guerra e o genocídio do povo palestino!

Era previsível que a intervenção do Estado sionista de Israel na Faixa de Gaza não ficaria circunscrita à operação militar de devastação das cidades, caça ao Hamas e a matança de mais de 41 mil civis palestinos. Isso por que o objetivo final não explicitado pelo governo israelense é o de anexar por completo o que restou do território da Palestina.

O momento exige da vanguarda que trabalhe no interior das organizações do proletariado e nos movimentos sob a bandeira de combate às guerras de dominação, pelo programa de ação de unidade dos explorados e pela estratégia socialista da revolução social. Está colocada no Oriente Médio a organização de uma frente única anti-imperialista para acabar com a guerra na Faixa de Gaza,

Líbano e impedir que conflague de conjunto o Oriente Médio. No Brasil, essa linha proletária para ser encarnada pelos explorados tem de confluir com as necessidades mais urgentes da maioria oprimida, que se encontra mergulhada na pobreza, miséria e fome.

O Boletim Nossa Classe denuncia os Estados Unidos como o maior responsável pelo genocídio dos palestinos e matança no Líbano. Denuncia sua responsabilidade do confronto de Israel com o Irã. O imperialismo norte-americano como o maior dos perigos para a humanidade. O Partido Operário Revolucionário, neste um ano de guerra do Estado sionista, tem se esforçado por organizar a luta do povo palestino sob a estratégia da República Socialista da Palestina e dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

São Paulo

Distribuição do Boletim Nossa Classe na Clever

Assim que os militantes iniciaram a distribuição, uma operária perguntou: “quanto vocês vão pagar para a gente distribuir esse papel”? Essa pergunta de um operária mostra o quanto está sob a influência dos cabos eleitorais, que em época de eleição pagam aos trabalhadores distribuírem santinhos de seus candidatos. O quanto está sob a influência burguesa. E, fundamentalmente, o quanto as direções sindicais são responsáveis pela penetração da política burguesa no seio do proletariado.

Os militantes procuram mostrar que o Boletim Nossa Classe, ao contrário, intervém nas eleições, chamando os operários a não acreditarem na farsa eleitoral. A confiem em suas próprias

forças e não nas promessas dos candidatos em época de eleições. Os capitalistas e seus candidatos gastam milhões para arrastar os explorados por detrás de suas candidaturas. No dia seguinte das eleições, viram as costas aos operários e continuam com sua política de miséria e fome. Basta ver o que se passa com o salário mínimo, que condena a família operária à pobreza. O Boletim Nossa Classe trabalha unicamente para elevar a consciência dos explorados. Está aqui hoje defendendo as reivindicações de emprego, salário e direitos trabalhistas e o método próprio da classe operária, que são as manifestações, greves e ocupações. Nas eleições, vem defendendo o voto nulo, por um programa próprio de reivindicações do proletariado.

São Paulo

Distribuição do Boletim Nossa Classe na Pirelli

Logo que os militantes iniciaram a distribuição do Boletim, um operário afastado da produção por acidente de trabalho perguntou: “é possível mudar a consciência de algum operário? Nunca vi os operários desta fábrica lerem algum boletim sindical.” Essa pergunta mostra o quanto está cético com seus companheiros de fábrica. E o quanto o pessimismo vem tomando conta de uma parcela de operários, particularmente os mais antigos, em relação a essa nova geração de trabalhadores.

Os militantes procuraram explicar que esse ceticismo tem um responsável. Trata-se das direções sindicais que há muito vêm defendendo os pleitos dos patrões e responsabilizando os próprios

operários pelas derrotas. São direções que praticam a política de conciliação de classes, em vez de organizar os trabalhadores para enfrentar o patronato. Está aí por que uma parcela de operários recusa a ler um boletim sindical. Com isso, prevalece a despolitização no interior das fábricas. O trabalho do Boletim Nossa Classe é o de organizar os trabalhadores mais conscientes para a luta por recuperar os sindicatos, que hoje são controlados por essa burocracia traidora. Depois de ouvir a explicação, o operário balançou a cabeça como sinal de compreensão e se expressou dizendo: é a primeira vez que vejo esse tipo de trabalho aqui na fábrica.

São Paulo

Panfletagem com o Boletim Nossa Classe na Lorenzetti

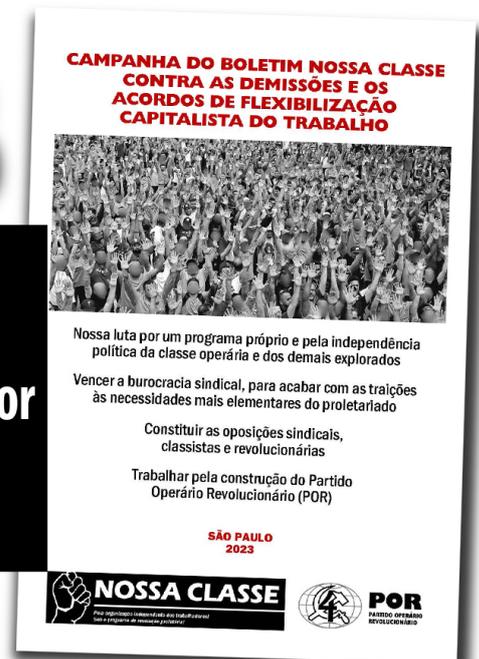
No momento da distribuição do Boletim, um operário rapidamente começou a ler a nota sobre o genocídio do povo palestino. O militante, então perguntou, o que você sabe sobre essa guerra? Foi quando respondeu: “eu só sei que nós é que vamos pagar essa conta. Vai aumentar mais ainda o preço de tudo. E o salário cada vez compra menos coisas”. Foi quando o militante procurou mostrar que se trata de uma guerra de dominação, praticada por Israel e pelos Estados Unidos, para anexar a região da Palestina. E que de fato, quem está pagando são os palestinos, que vêm morrendo aos milhares, e os trabalhadores do mundo todo, porque para manter a guerra, as potências descarregam o gastos nas costas dos trabalhadores. O preço dos alimentos sobe e os salários continuam baixos. Por isso, nós operários temos de ser contra esse tipo de guerra, lutando contra o genocídio dos palestinos e pelo direito desse povo ter seu território, que vem sendo invadido por Israel e pelos Estados Unidos.

Durante a conversa, outro operário se aproximou e disse: “A guerra não vai acabar porque quem produz arma quer vender e lucrar. Isso é coisa dos americanos ricos e de europeus”. Os militantes puderam continuar explicando o conteúdo de classe da guerra, do momento em que vivemos é de decomposição do capitalismo, época em que as potências fazem as guerras para dominar as fontes de matérias-primas e submeter as nações oprimidas. As perguntas dos operários mostraram que se as direções sindicais estivessem fazendo um trabalho de organização

desde as fábricas, certamente, uma parcela de trabalhadores já estaria nas ruas nos protestos contra o genocídio dos palestinos.

R\$5

**Adquira
com o
distribuidor
do Nossa
Classe:**



São Paulo

Ato contra a prisão do professor Adriano Gomes da Silva

No dia 16 de outubro, o Comitê de luta, no qual participa a Corrente Proletária na Educação/POR, realizou um ato em frente ao Tribunal de Justiça, para exigir a imediata libertação do professor Adriano. O professor foi preso por lutar contra o despejo de sem-teto. Foi acusado pelos policiais de desacato às autoridades e imputado a ele, assim, uma série de crimes.

Adriano se encontra preso no presídio de Franco da Rocha, há mais de um mês. Os familiares estão sendo impedidos de visitá-lo. Segundo o advogado que o defende já existe uma condenação por dez meses e que está recorrendo para conseguir uma liberdade domiciliar. Como se vê, o governo e a Justiça estão

por sua condenação. A sua liberdade dependerá unicamente das manifestações de rua.

Até o momento, as direções sindicais e populares não têm organizado a luta pela sua liberdade. Por isso, o ato do Comitê foi extremamente pequeno e não teve força para reverter essa violenta punição ao professor. A direção da Apeoesp tem de tomar em suas mãos essa tarefa de organizar uma manifestação, envolvendo professores e estudantes, para exigir que o governador Tarcísio liberte o professor e anule todos os processos criminais imputados pela Justiça.



São Paulo

Pontos principais da Tese da Corrente Proletária ao Congresso do Sinpeem

O 33º Congresso do Sinpeem (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do município de São Paulo) ocorrerá entre os dias 29/10 e 1º/11. A Corrente Proletária na Educação elaborou uma tese como parte da luta contra a política da burocracia do sindicato, que impede que os setores de oposição possam apresentar sua tese. Isso por que a burocracia sindical limita a participação dos delegados, exigindo que cada indivíduo ou corrente política apresente apenas emendas ao chamado "Texto Referência", que não é nada mais, nada menos que a tese-guia da direção sindical. Exige, ainda, que as emendas, já limitadas, apresentem no mínimo 90 assinaturas para serem inscritas no Congresso. Representa um claro ataque à democracia operária. A Corrente Proletária combate a ação antidemocrática da direção sindical fazendo um trabalho político entre os delegados, divulgando suas concepções sobre a conjuntura, educação, sindical e propondo um plano de lutas que faça avançar o combate por melhores condições de trabalho, ensino e direitos e que se vincula à luta mais geral dos explorados. Eis as principais ideias:

Na conjuntura internacional, ressalta o momento de profunda crise econômica, política e social que atravessamos. Destaca as guerras de dominação, uma na Europa (Ucrânia) e outra na Faixa de Gaza, ampliando-se para o Líbano. Além da guerra comercial travada pelos EUA à China. Ambas as conflagrações militares são promovidas pelo imperialismo, sobretudo estadunidense, que através de seu braço armado, a OTAN, municia a guerra entre a Ucrânia e a Rússia, e de Israel contra os palestinos. Explica que a raiz desses problemas se encontra no esgotamento histórico do capitalismo. As forças produtivas, altamente desenvolvidas, estão em choque com as relações de produção monopolistas e com as fronteiras nacionais. Trata-se da fase última do capitalismo, quando não pode mais oferecer qualquer saída progressiva à humanidade. As consequências dessa fase são nefastas para o conjunto da humanidade: as guerras, a destruição da natureza e das forças produtivas, a matança generalizada de pobres etc.

A saída revolucionária para as guerras, apontada na tese, é que em relação à guerra entre a Ucrânia e Rússia os delegados devem se posicionar pelo fim da guerra de dominação, por uma paz sem anexações e sem os ditames do imperialismo, pelo desmantelamento da OTAN, fim das bases militares dos EUA e aliados na Eu-

ropa e no mundo, em defesa da autodeterminação, da integralidade territorial e pela retirada das tropas russas da Ucrânia. Conclui defendendo que somente a unidade mundial dos trabalhadores pode frear o perigo da escalada militar, que ameaça a humanidade de conjunto, inclusive com a possibilidade da expansão do conflito, com o risco de uma conflagração nuclear. Sobre o genocídio promovido por Israel na Faixa de Gaza e seu avanço sobre o Oriente Médio, defende que o caminho para pôr fim ao conflito é a formação de uma frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária, tendo como perspectiva estratégica a constituição de uma República Socialista e a criação dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Na conjuntura nacional, analisa os efeitos da crise econômica mundial sobre o Brasil. Caracteriza o governo de Lula/PT como de continuidade econômica dos governos de Temer e Bolsonaro, pois não revogou as contrarreformas trabalhista, previdenciária, do Ensino Médio, conforme prometido em sua campanha. Muito pelo contrário, ampliou ainda mais as medidas de ataques ao conjunto dos trabalhadores, com a Reforma Tributária, que interessa somente aos capitalistas; o Novo Arcabouço Fiscal, que não passou de uma reedição da Lei do Teto de Gastos, mantendo o pagamento da dívida pública; o Marco Temporal, que representa um duro ataque sobre os povos indígenas. A tese denuncia suas posições pró-imperialistas sobre a Guerra da Ucrânia e sua verbosidade quanto ao genocídio do povo palestino. Portanto, defende que os congressistas não devem depositar nenhuma confiança ou ilusão no governo burguês de frente ampla de Lula e Alckmin. Deve aprovar a bandeira de Oposição Revolucionária ao governo petista. Caracteriza também o governo do ultradireitista Tarcísio de Freitas como

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário



O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

privatista e reacionário, que amplia o aparato repressivo sobre os movimentos sociais e sobre os oprimidos em geral. Defende que os trabalhadores, diante das eleições, têm de defender uma política de independência de classe, erguendo o combate dos trabalhadores com seus próprios métodos de luta, indicando a luta nas ruas em defesa dos empregos, salários e direitos.

A tese faz, ainda, um balanço sobre a atuação dos sindicatos diante dos inúmeros problemas que atingem o conjunto dos trabalhadores. Em meio a uma situação de agravamento da crise do capitalismo, de acirramento das tendências bélicas e de avanço da barbárie em suas múltiplas formas, a classe operária e os demais trabalhadores não vêm respondendo de forma unitária e com seus próprios métodos de luta. A responsabilidade dessa divisão recai sobre a política de conciliação de classes praticada pelas burocracias sindicais, tanto nacional como internacional.

A direção do Sinpeem também segue essa orientação política geral do sindicalismo. Trata-se de uma direção burocrática, que faz do sindicato uma correia de transmissão da política burguesa e trampolim para assumir postos nas esferas governamentais, em particular na Câmara dos Vereadores. Por isso, a Corrente Proletária intervém nesse Congresso com a defesa do sindicalismo classista. Intervém para combater a estatização dos sindicatos, a burocratização e em defesa da democracia sindical. Defende que o Congresso do Sinpeem aprove uma resolução por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos massivos, em defesa das reivindicações dos explorados, fazendo a ligação com a luta anti-imperialista.

Expõe sua concepção de educação, dizendo que o ensino públi-

co está em profunda decomposição, que reflete a desagregação do sistema capitalista. Que a raiz da falência do ensino encontra-se na separação entre teoria e prática, entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Assinala que todos os governos, de diferentes tendências políticas, estão diretamente envolvidos no processo de destruição da escola pública. O governo de Lula/PT não revogou a reforma do Ensino Médio, além de retirar verbas da educação; o governo do ultradireitista Tarcísio de Freitas amplia os ataques aos direitos dos trabalhadores, arrocha os salários, tenta implantar o projeto de Escola Cívico-Militar, retira verbas da educação, privatiza escolas e avança com o projeto de escolas de tempo integral (PEI). Que o governo direitista de Ricardo Nunes mantém o arrocho salarial, aplica uma política privatista na educação infantil, expande o Programa São Paulo Integral, favorece o fechamento de cursos noturnos (EJA), quer implantar a plataformização do ensino e defende a implantação das escolas cívico-militares. Diante desses ataques, a Corrente Proletária defende que somente a luta coletiva e unitária dos trabalhadores poderá barrar os avanços da terceirização, da privatização, da plataformização do ensino e a implantação do projeto das escolas cívico-militares.

Por isso, a tese da Corrente Proletária fará a defesa nesse 33º Congresso de seu Plano de Lutas, que parte da defesa da vida das massas, com o fim das guerras de dominação; levanta a bandeira de oposição revolucionária ao governo burguês de Lula/Alckmin; que as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta sobre a base de um programa de reivindicação próprio dos explorados. Por fim, defende que a direção do Sinpeem convoque imediatamente a assembleia presencial da categoria, para organizar o combate pelas reivindicações.

São Paulo

Prefeito corta 1.265 professores contratados

No ano passado, 1.265 professores temporários foram contratados pela gestão municipal. Os contratos foram feitos por SME no fim de setembro e início de outubro de 2023, pelo prazo de um ano. Como foi vencido o prazo, a prefeitura solicitou a prorrogação em caráter excepcional para não haver interrupção dos serviços educacionais. O TRE indeferiu o pedido, alegando que a prefeitura sabia que não podia fazer contratações em período eleitoral, a não

ser em casos de serviços essenciais inadiáveis, conforme determina a Lei nº 9.504/97. No entanto, a prefeitura recorreu da decisão junto ao Ministério Público, alegando que não antecipou a renovação para não “gerar desperdício de verbas”. O promotor que julgou o pedido também indeferiu o pedido, e desta vez justificando que “não pode haver risco de quebra de isonomia entre os candidatos às eleições”.

Trocando em miúdos, os dois órgãos deixaram claro que houve uma clara intenção do prefeito direitista Ricardo Nunes de usar a máquina pública para angariar votos no período eleitoral. O fato é que com este desfalque decorrente desta disputa interburguesa aumenta a quantidade de alunos sem aulas e professores desempregados.

Todos os prefeitos, seja direita ou de esquerda, que assumiram a gestão nas últimas décadas, não conseguem resolver esse problema. A política que predomina é a da não efetivação dos professores contratados. Hoje são 7.694 cargos vagos que estão ocupados por professores contratados. Isso significa que não existem professores substitutos para as faltas diárias de qualquer professor. Para se ter uma ideia de quão difícil se encontra a escola, estima-se que 25% da categoria está em licença médica psiquiátrica. São professores que adoecem em função das condições de trabalho.

Os sindicatos da educação estão calados diante deste problema. Não organizam as assembleias e não lutam contra a política dos governos de contratar temporariamente os professores e demiti-los assim que se encerram os contratos. A Corrente Proletária, por sua vez, vem fazendo uma campanha junto às escolas em defesa de uma reivindicação democrática, que é a efetivação de todos os professores contratados. Nenhum professor desempregado, nem aluno sem aula por falta de professores!

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

110 dias de Greve de Técnicos Administrativos em Educação contra o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin: percurso da luta na UFABC



Traição das burocracias colaboracionistas demonstra a necessidade de erguer oposições classistas e revolucionárias e constituir uma nova direção!

POR PARTIDO OBRATEIRO REVOLUCIONARIO

MASSAS DIÁLOGO DA REVOLUÇÃO E DA LUTA

São Paulo

Tarcísio e Feder não dormem no ponto

Direções sindicais são incapazes de responder aos ataques do governo

No dia do professor, o governador direitista, na última hora, anunciou o ponto facultativo, mas impondo a sua reposição. Com diz o ditado popular: “um presente de grego”. Esse anúncio acabou provocando mais descontentamento nas escolas. Tendo em vista que duas outras Resoluções pesavam sobre os ombros do professorado.

1) Resolução 70, que estabelece mais critérios antidemocráticos para a atribuição de aulas. Acrescentou mais cursos promovidos pela Seduc como critério de “Desenvolvimento” e manteve o tempo de trabalho dos educadores desvalorizado, dando o peso de 45% do total da pontuação;

2) Resolução 71, que trata da recondução dos professores Categoria O, professor de ensino fundamental séries finais e médio que trabalharam em PEI. Determina que só serão reconduzidos na atribuição de aulas de 2025 se forem aprovados na avaliação 360 de 2024, se tiverem frequência de 90% no primeiro semestre e nas plataformas digitais. Além disso, ressalva que é preciso ter vagas na escola para aceitar a recondução. Isto significa que independente de bem avaliado, o professor corre o risco de ficar na mão, por falta de aulas em função do fechamento de várias salas na rede e da posse dos concursados. Quanto ao prof. Ensino Fundamental anos iniciais não serão reconduzidos. Participarão, assim, da atribuição em DE de acordo com a nota adquirida

no PSS, correndo o risco de não encontrar salas, pois serão municipalizadas mais 25 escolas e leiloadas;

3) Resgatou o processo de promoção por mérito, que se baseia na avaliação para o Quadro de magistério da Lei 836. Poderão fazer as provas, os professores que estavam em efetivo exercício nos anos de 2018 até 2023. O professor precisa ter ficado 3 anos na mesma escola. No final, serão promovidos os 20% melhores colocados na prova. Receberão um reajuste de 5% no salário. Este processo baseado em provas foi duramente criticado pela assembleia da categoria, pois 80% da categoria ficará sem reajuste salarial. Alckmin quando saiu do governo em 2016 deixou uma dívida de 10,16% de pagamento de salários. Doria também não concedeu reajuste. Inventou outro plano de carreira baseado em subsídios para os novos educadores. Serão 6 anos sem reajuste salarial. Isso para uma categoria que está sem reajuste desde 2014, e que tem pequenas gratificações anuais a título de Complemento de piso para nivelar com o Piso nacional do Magistério;

Como se vê, o dia do professor na rede estadual não pôde ser comemorado como um dia importante de “valorização” dos profissionais. Ao contrário, foi um dia de pesadelo, porque estão sendo consumidos pelas plataformas digitais, pelos miseráveis salários e pela violenta superexploração.

São Paulo

Intervenção da Corrente Proletária contra o fechamento da escola Fidelino Figueiredo

A Corrente Proletária esteve no dia 14 de outubro na escola Fidelino de Figueiredo, localizada na região da Santa Cecília há mais 60 anos. O problema relatado pelos professores é de que a escola está sofrendo ameaça de fechamento por parte de um morador de um prédio ao lado. O morador, incomodado com o barulho cotidiano dos estudantes, principalmente na quadra que fica em frente a seu prédio, alega impossibilidade de existência dessa escola. Esse morador teve sua queixa acatada pelo Ministério Público, gerando multas vultuosas à escola. Há cinco anos este morador persiste nesta queixa, penalizando professores e estudantes. O morador passou a agredir professores e alunos, inclusive com perseguição aos professores de educação física.

Na discussão, os professores que estão sendo perseguidos pelo morador vizinho solicitaram proteção jurídica por parte do sindicato. A Corrente Proletária não se colocou contra. No entanto, mostrou que somente a luta coletiva – professores, funcionários, estudantes e pais –, com manifes-

tações de rua, poderá impedir o fechamento de uma escola por conta do barulho de crianças e adolescentes. E poderá barrar as perseguições aos professores. A luta no terreno jurídico deve ser sempre auxiliar.

Certamente, Tarcísio não fará nenhuma objeção ao fechamento da escola, que fica no centro da capital. Diariamente, vem fechando salas e o período noturno. Na próxima semana, promoverá o leilão de privatização de 33 escolas. Escolas públicas serão leiloadas como lote de qualquer mercadoria ou empresa estatal. Trata-se de um fato inédito na história da educação pública. Fechar o Fidelino Figueiredo deve estar no seu plano. Está aí por que a luta dos professores e estudantes dessa escola deve ser parte da luta contra uma política de governo. O que significa exigir que a direção da Apeoesp convoque uma assembleia geral para aprovar o caminho próprio dos trabalhadores, que é a luta unitária e direta.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





São Paulo

Sucateamento e privatização de escolas sintetizam a política educacional de Tarcísio

Os professores da EE. Prof. Mirna Loide Correia Ferle vêm denunciando que a escola está há mais de um mês sem água devido a vazamento na caixa-d'água. A escola teve suas atividades paralisadas por 5 dias, sendo refeito o calendário de reposição dos dias aos sábados. A DE de Mauá e 5 empresas fizeram vistoria na Escola e o vazamento acabou por se multiplicar em vários outros. Nenhuma medida para sanar o problema foi tomada e, com a onda de calor, as aulas continuam normalmente, com intervalos únicos nos 3 períodos e o acesso ao banheiro limitado. Os funcionários terceirizados estão sendo obrigados a carregarem baldes de água para fazer a higienização mínima.

O que faz com que uma escola com quase 2 mil alunos continue funcionando de maneira tão precária? Para o direitista Tarcísio, o que importa é o cumprimento das metas das plataformas. Não importa em que condições. No entanto, para os professores, a situação vem se tornando dramática em função das péssimas

condições de trabalho. Os terceirizados, por sua vez, estão submetidos ao trabalho semiescravo de carregar baldes de água o dia todo. E os estudantes são os mais penalizados, pois lhes são retirados as já débeis condições de aprendizagem.

Eis aí o retrato da escola pública. Como solução, Tarcísio e Feder iniciam a privatização por completo de dezenas de escolas. É o que ocorrerá com o leilão de privatização de 33 escolas na Bolsa de Valores de São Paulo. Fecham salas, amontoam os estudantes e demitem professores. E instituem as escolas cívico-militares, entregando as escolas para o controle da Secretaria de Segurança, ou seja, para a polícia.

A Corrente Proletária denuncia o descaso do governo Tarcísio para com a escola pública. Combate a sua política de privatização e de criação das escolas cívico-militares. E exige que a direção da Apeoesp saia do imobilismo e organize a luta contra a política do governo.

São Paulo

Primeiro encontro de estudantes secundaristas

No dia 5 de outubro, foi realizada reunião com estudantes secundaristas, em Mauá (ABC Paulista). Nesse encontro, foi lido e discutido coletivamente o Boletim Juventude em Luta. Duas notas foram destacadas. 1) A nota sobre a posição da juventude diante das eleições. Os jovens mostraram a política dos candidatos à eleição em Mauá, que não fazem outra coisa senão caçar votos e fazer promessas para os trabalhadores e juventude pobre. Houve a compreensão de que as reivindicações dos explorados e da juventude só serão conquistadas por meio da luta, e não

pelos eleições; 2) sobre a luta dos alunos da Escola Décio contra o fechamento de salas de aula. Nesse ponto, se levantou o problema das direções estudantis, que estão de costas para os problemas nas escolas. E a importância de constituir os grêmios livres nas escolas, ou seja, as organizações dos estudantes independentes. O que significa rejeitar a farsa dos grêmios controlados pelas direções de escolas. Portanto, um organismo de luta dos secundaristas para enfrentar a política privatista de Tarcísio.

São Paulo

Encontro da Corrente Proletária - UFABC

Em 15 de outubro, durante a paralisação dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs), a Corrente Proletária na Educação (CPE) da Universidade Federal do ABC (UFABC) realizou um encontro presencial em Santo André, que abordou a conjuntura e as tarefas dos trabalhadores. Na ocasião, disponibilizou-se diversas publicações do Partido Operário Revolucionário (POR), como edições do Jornal Massas e das revistas Proletária na Educação e Socialismo Científico, folhetos e livros.

Destacou-se que vivemos em uma profunda crise social causada pelo capitalismo, modo de produção baseado na exploração do trabalho, na propriedade privada, nas fronteiras nacionais e na dominação imperialista. O funcionamento do capitalismo conduz às crises e, para resolvê-las momentaneamente, os proprietários promovem medidas regressivas, a exemplo da eliminação de direitos, fechamento de postos de trabalho, privatizações, golpes e guerras.

Nesse quadro, vivemos um momento histórico de profunda regressão e confusão política dos explorados e de suas organizações, que expressa a crise de direção revolucionária iniciada no processo de restauração capitalista na União das Repúblicas Socialistas

Soviéticas (URSS). No Brasil é exemplar o percurso do PT, partido que nasceu no movimento sindical em um contexto de ascensão da classe operária e que adotou a política burguesa de conciliação de classes, levando à estatização das organizações de massas e a retrocessos políticos, organizativos e ideológicos.

Também foi discutido o 6º Congresso do SinTUFABC, previsto para ocorrer nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2024, quando a atual direção majoritária do sindicato (PSOL/PT) tentará eliminar a proporcionalidade na composição da direção, aprovar a desfiliação do sindicato em um organismo de cúpula, imobilista, e sem qualquer possibilidade de crítica e unidade proletária. Ressaltou assim, a importância de construir a CPE para combater o reformismo e impulsionar a política proletária.

Não houve tempo para realizar a formação política neste encontro, mas se definiu o tema a ser abordado no próximo: o salário-mínimo vital. Além disso, houve convocação para participação no Ato Político convocado pelo Partido Operário Revolucionário dos 107 anos da Revolução Russa, que ocorrerá no dia 20 de outubro, em São Paulo.

Governo Lula/Alckmin protela itens de Reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação

Além de enrolar para instalar a Mesa Setorial e conceder a jornada de 30 horas para todos os TAES, em reunião emergencial da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CNSC), no dia 27 de setembro, representantes do MEC comunicaram que o MGI desautorizou a inclusão de quatro itens da Minuta de alterações no PCCTAE no Projeto de Lei (PL) resultante de mais de 40 acordos com categorias que será enviado pelo Governo ao Congresso Nacional.

O governo argumenta que as regras de transição são desnecessárias; que não criará cargo de nível Fundamental; que o reposicionamento de aposentados depende de viabilidade a ser verificada por estudos/GT; e que pretende enviar o RSC somente em 2025, após compreender a sua incidência orçamentária e financeira e, ainda, considerando que sua implementação se dará a partir de 2026.

Por trás disso, há a pretensão de descumprir itens acordados na Campanha Salarial em função do arcabouço fiscal e da contrarreforma administrativa. No caso dos TAES, o problema é que formalmente o governo está respaldado pelo Termo de Acordo usado para enterrar a greve.

A FASUBRA aprovou a Paralisação Nacional nos dias 15 e 16/10, exigindo a inclusão dos quatro itens no PL. Em resposta, o MGI convocou a instalação do Grupo de Trabalho (GT) referente ao Termo de Acordo N°11/2024 para o dia 15/10.

A conduta do governo com os trabalhadores do INSS e com os TAES evidencia o completo desprezo com o baixo funcionalismo. Sem romper com o corporativismo, as entidades sindicais têm denunciado tal postura. O FONASEFE está chamando um dia de mobilização em 15/10, mas de forma completamente superestrutural.

É imprescindível organizar, desde as bases, a luta unificada para exigir o atendimento das reivindicações.

Plenária reafirmou autonomia organizativa da FASUBRA

Realizada em Brasília nos dias 28 e 29 de setembro, a PNG da FASUBRA. Entre as pautas de informes e substituição permanente na DN, os principais pontos foram: o descredenciamento das delegações do SINDIFES (MG) e Sinditest (PR); e a avaliação de Conjuntura e desdobramentos da greve.

Quanto à questão do descredenciamento da delegação do SINDIFES (MG), se deu pelo fato de ter sido por um Comitê de Mobilização, não em assembleia; e, quanto ao descredenciamento do Sinditest (PR), uma parcela da direção realizou uma assembleia de fachada que não tinha a PNG na pauta. Após a apresentação dos recursos e defesas, a maioria dos delegados votou a favor do descredenciamento das duas delegações. Foi um combate ao burocratismo das direções sindicais, que não realizaram assembleias democráticas de eleição de delegados por meio da disputa por chapas.

Finalmente, no segundo dia da PNG e quarto dia das delegações em Brasília, aconteceu a avaliação de conjuntura e desdobramentos da greve. No processo da discussão, a mesa abriu para as falas das forças políticas e deu início às inscrições, definindo o tempo de 5 minutos para cada fala, que depois ficou reduzido ao tempo de 3 minutos uma vez que havia muitos inscritos e foi necessário

estabelecer um teto, interrompendo as intervenções sobre a conjuntura, coroando o descaso com a discussão política.

Quanto ao conteúdo da avaliação de conjuntura e desdobramentos da greve, de maneira geral, ressaltou-se o papel de liderança da FASUBRA que, mais uma vez, iniciou a Greve da Educação Federal, realizando a greve sozinha por praticamente um mês e pavimentando o caminho para as demais entidades.

Aos delegados foram distribuídos os Boletins da CPE N°49 e 50, apresentando uma síntese do balanço da greve e defendendo a retomada da luta, inclusive com a principal proposta de paralisação de dois dias em outubro, que foi aprovada na Plenária.

Foram também aprovadas outras propostas como um Ato no MGI, cobrando o reposicionamento dos aposentados; campanha nacional em prol da jornada de 30 horas; retomada das atividades dos GTs- Carreira; dentre outras.

Em seu balanço, a CPE/POR destacou a crítica à política corporativista de reestruturação de carreira desde a sua gênese, e o percurso de capitulação e traição das direções.

Não se distrair com as Falsas Polêmicas sobre o Reconhecimento de Saberes e Competências

Uma das reivindicações e conquista da Greve dos TAES é o RSC. Em função de já existir na Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), na qual está vinculado à Redistribuição por Titulação, há quem defenda o mesmo modelo para os TAES. Contudo, também há quem defenda o RSC sem vinculá-lo à titulação acadêmica. Há tempos que esse tema era protelado na FASUBRA. Com a greve uma definição se tornou necessária e, em consulta às bases, ganhou o modelo de RSC baseado na titulação, portanto, como atalho de acesso ao incentivo à Qualificação (IQ).

Isso gerou questionamento dos TAES doutores que, por terem a titulação acadêmica máxima, não poderiam ter seus saberes e competências reconhecidos. Assim, parte da DN da FASUBRA passou a defender que os TAES doutores fossem reconhecidos.

Parte da DN passou a defender que TAES doutores fossem contemplados, inicialmente de forma isolada. Em ofício enviado ao governo cobrando celeridade na implementação do Termo do Acordo, a DN da FASUBRA, por meio das Coordenadoras Gerais, criticou a proposta de RSC em voga e propôs mais um nível para contemplar os doutores.

Isso gerou uma campanha de difamação da FASUBRA com declarações que tentam responsabilizá-la pela retirada do RSC do PL já que essa posição fragilizou o RSC. Essa polêmica foi amplamente discutida na Plenária Nacional Geral da FASUBRA.

Na PNG, as cinco forças políticas que compõem a DN apresentaram uma proposta de resolução consensual defendendo o RSC para todos os TAES, independente de escolaridade. Em votação, a proposta da DN foi aprovada por ampla maioria.

Para a CPE/POR, as falsas polêmicas sobre o RSC visam a desviar o foco da compreensão do fracasso da política de reestruturação de carreiras, que não acabou com os baixos salários e favoreceu as medidas governistas, e compõem as disputas aparelhistas por parte dos coletivos TAES na Luta e Travessia, que também se utilizam do burocratismo quando lhes favorece, como expusemos em diversos momentos.

Grupo de Estudos do Marxismo

Grupo de estudos do
MARXISMO
TERÇA-FEIRA • 19H
• VIRTUAL •



Tema de estudo:
A Revolução Permanente
Leon Trotsky



Entre em contato através do WhatsApp para receber os textos

 pormassas.org  [massas.por](https://www.instagram.com/massas.por)  (11) 9 5446-2020

No jornal Massas nº 724, expusemos as principais ideias e conclusões dos capítulos 1 e 2 discutidas no grupo de estudos sobre o livro *A Revolução Permanente*, de Trotsky. Agora, damos sequência apresentando os pontos principais do terceiro capítulo: Três elementos da “Ditadura democrática”: as classes, as tarefas e o mecanismo político.

Um camarada fez uma exposição inicial apresentando as principais conclusões dos encontros anteriores. Em seguida passou-se à leitura e discussão de um primeiro trecho do capítulo, onde Trotsky mostra que a divergência com Lênin, em 1905, sobre qual deveria ser a consigna estratégica, não tratou do salto por cima da etapa democrático-burguesa e, muito menos, sobre a necessidade ou não de aliança entre a classe operária e a camponesa. Esses eram pontos de concordância entre ambas as linhas estratégicas. Eis: “A diferença entre o meu ponto de vista e o de Lênin consistia na oposição entre a palavra de ordem de ditadura do proletariado, apoiada pelos camponeses, e a de ‘ditadura democrática do proletariado e dos camponeses’. Não se discutiu sobre a possibilidade de saltar por cima da etapa democrático-burguesa ou sobre a necessidade de união dos operários e dos camponeses: a discussão girou em torno do mecanismo político da colaboração do proletariado e dos camponeses na revolução democrática.” Em particular, a discussão sobre o papel do campesinato na revolução foi completamente distorcida anos depois, sob a orientação do estalinismo, mas, como mostra o autor, a discussão girava em torno do programa da colaboração, dos partidos de cada classe e dos métodos políticos utilizados por elas, a colaboração em si, nunca esteve fora da teoria da Revolução Permanente.

A discussão sobre as classes na ditadura democrática estava intimamente relacionada à questão do campesinato. Trotsky então vai mostrar que a linha adotada pelo partido depois da morte de Lênin em relação a esse problema estava em oposição à concepção leninista: “A Internacional Comunista repetiu a experiência das revoluções passadas numa situação histórica fundamentalmente nova, tendo empregado toda a sua energia em submeter os

operários e camponeses chineses à direção do nacional-liberal Chiang Kai-shek e, em seguida, do democrata Wang Tin-wei. Lênin colocou a questão de uma união dos operários e dos camponeses, irredutivelmente hostil à burguesia liberal. Tal aliança nunca existira na história. Tratava-se de uma experiência nova, por seus métodos, de colaboração das classes oprimidas das cidades e das zonas rurais.”

A fórmula de Lênin da ditadura democrática do proletariado e do campesinato, no entanto, era “uma fórmula algébrica que permitia a previsão de futuras interpretações políticas muito diversas.”, tendo sido complementado pelo “fato que, nas diferentes etapas históricas, Lênin considerou de maneiras diversas a forma política possível de união das duas classes no partido e no governo, abstendo-se, porém, de estorvar o bolchevismo com essas interpretações hipotéticas. Qual foi o motivo dessa prudência? Foi o fato de essa fórmula algébrica conter um elemento que, apesar de sua formidável importância, era muito vago quanto ao seu conteúdo político: o campesinato.”

Tratava-se então de compreender que o campesinato, frente à sua heterogeneidade, dispersão e aspiração à pequena propriedade, não podia desempenhar um papel dirigente independente na luta revolucionária. Qual era então a raiz das falsificações dos epígonos de que Trotsky subestimava os camponeses? A resposta se encontra na seguinte passagem: “Se o campesinato fosse capaz de formar um partido independente na época da revolução democrática, a ditadura democrática seria realizável no sentido mais direto e mais espontâneo, e, nesse caso, a questão da participação da minoria proletária no governo revolucionário teria, apesar de toda a sua importância, um valor acessório e secundário. A coisa se apresenta, porém, de modo inteiramente diverso, quando se presume que o campesinato, por força de sua situação intermediária e de sua composição heterogênea, não pode criar um partido independente nem seguir uma política independente, por ser forçado, em período revolucionário, a escolher entre a política da burguesia e a do proletariado. Só uma tal avaliação da natureza política do campesinato podia abrir, diante de nós, a perspectiva de uma ditadura do proletariado surgindo diretamente da revolução democrática. É claro que nada disso significa a ignorância, a negação ou a subestimação dos camponeses. Nem mesmo se poderia falar de ditadura proletária na Rússia, se a questão agrária não tivesse tido uma importância decisiva para toda a vida social e se a revolução camponesa não tivesse adquirido tanta profundidade e um alcance tão gigantesco.”

Lênin, de acordo com o desenvolvimento da luta revolucionária, chegou a supor em formas diferentes a possibilidade de formação de um partido camponês forte. Essas suposições não foram, no entanto, testadas na realidade, “Lênin, naturalmente, nunca pôs sua fórmula hipotética acima da realidade. O essencial, em sua vida, era a luta por uma política independente do partido do proletariado. Isso não obstou que os infelizes epígonos, em seu afã de criar um partido camponês, chegassem a submeter os operários chineses ao Kuomintang, a estrangular o comunismo na Índia em nome do partido operário e camponês, a criar a perigosa ficção da Internacional Camponesa, a carnavalesca Liga Anti-imperialista etc.”

Trotsky ainda vai discutir neste capítulo outros aspectos da formação de um partido camponês na Rússia, chegando ao Partido Socialista Revolucionário, que “em 1917, [...] tornou-se, por um certo tempo, o da maioria esmagadora dos camponeses. Mas, quais foram os resultados? Esse partido aproveitou-se da situação

para entregar o campesinato, de mãos e pés atados, à burguesia liberal. Os socialistas revolucionários uniram-se aos imperialistas da Entente e tomaram parte na luta armada contra o proletariado russo." Sobre esse problema do partido camponês, Trotsky apresenta uma formulação de primeira ordem: "Essa experiência verdadeiramente clássica prova que os partidos pequeno-burgueses, de base camponesa, podem ainda ter uma aparência de política independente num período de calma histórica, quando só se inscrevem na ordem do dia questões secundárias. Mas, logo que a crise revolucionária da sociedade põe em primeiro plano os problemas fundamentais da propriedade, o partido camponês pequeno-burguês se converte, automaticamente, numa arma da burguesia contra o proletariado."

No estudo, tentamos mostrar que a fórmula de Lênin não se afastava diametralmente da de Trotsky. Numa passagem do capítulo, o autor vai mostrar a proximidade. Em um prefácio para os discursos de Lassalle, escreveu, "É mais do que evidente que o proletariado cumpre sua missão apoiando-se, como o fez outrora a burguesia, no campesinato e na pequena burguesia. O proletariado dirige o campo, incorpora-o no movimento, interessa-o no bom êxito de seus planos, mas é sempre ele o chefe. Não é a ditadura do proletariado e dos camponeses, e sim a ditadura do proletariado apoiada nos camponeses". E compara com as palavras de Lênin em 1909, em um debate com os mencheviques, posteriormente a uma conferência que votou pela consigna da ditadura do proletariado apoiada pelos camponeses. "A fórmula escolhida pelos bolcheviques é esta: o proletariado conduzindo atrás de si os camponeses. Não é evidente que o pensamento de todas essas fórmulas continua a ser o mesmo? Que ele traduz precisamente a ditadura do proletariado e dos camponeses? Que a fórmula do proletariado apoiado nos camponeses continua inteiramente nos quadros da mesma ditadura do proletariado e dos camponeses? [...] Aqui Lênin interpreta sua fórmula algébrica de um modo que exclui a ideia de um partido camponês independente e do seu papel predominante no governo revolucionário: o proletariado conduz os camponeses, o proletariado apoia-se nos camponeses e, por conseguinte, o poder revolucionário concentra-se nas mãos do partido proletário. E era justamente nisso que consistia o ponto essencial da teoria da revolução permanente." Assim, ficava claro em nosso estudo que a oposição entre Lênin e Trotsky em suas consignas estratégicas antes das revoluções de 1917 era, sobretudo, uma fabricação grosseira do aparato estalinista para atacar a Oposição de Esquerda.

As divergências táticas e mesmo de prognósticos estratégicos estavam plenamente no campo das disputas políticas no partido, e que só seriam confirmadas ou refutadas pela própria realidade dos fatos, pelo desenvolvimento dos acontecimentos futuros. Uma das conclusões do grupo de estudos foi de que o desenvolvimento da revolução na Rússia mostrou que as concepções de Lênin e Trotsky convergiram. "Em novembro de 1917, no grupo dirigente do partido, houve uma luta violenta em torno à questão de uma coligação governamental com os socialistas revolucionários e os mencheviques. Lênin não protestou, em princípio, contra essa coligação numa base soviética, mas exigiu categoricamente uma maioria bolchevique solidamente garantida. E eu marchei ombro a ombro com Lênin."

Por fim, o grupo de estudos buscou tirar as conclusões do capítulo, que procurou esclarecer as diferenças entre as concepções de Trotsky e Lênin da revolução democrática e suas implicações para a revolução proletária. Em particular, destacou-se o problema do campesinato, que foi a pedra de toque do estalinismo contra a Oposição de Esquerda e aquilo que se passou a denominar impropriamente de "trotskismo". A realidade dos fatos na revolução chinesa deu inteira razão à Trotsky, e mostrou os erros táticos e estratégicos da camarilha burocrática que se formou no Kremlin depois da morte de Lênin. O último trecho do capítulo

ilustra bem essa conclusão: "As seguintes palavras, extraídas do relatório apresentado pelo próprio Radek, em março de 1927, à Academia Comunista, demonstram quanto é inadmissível abstrair a questão das formas políticas da colaboração dos operários e dos camponeses: O ano passado, escrevi, no Pravda, um artigo sobre o governo de Cantão, no qual qualifico esse governo de camponês-operário. Alguém, na redação, julgando que eu tivesse me enganado, emendou: operário-camponês. Não protestei e deixei ficar: governo operário-camponês. Por aí se vê que, em março de 1927 (e não em 1905!), Radek achou possível a existência de um governo camponês-operário, em oposição ao governo operário-camponês. O redator do Pravda não entendeu. Eu também confesso que não entendi. Sabemos muito bem o que é o governo operário-camponês. Que é, porém, esse governo camponês-operário que lhe é oposto? Como explicar esse deslocamento misterioso dos adjetivos? Chegamos, agora, ao âmago da questão. Em 1926, Radek julgou que o governo de Cantão, de Chiang Kai-shek, fosse um governo camponês-operário, e o repetiu, com convicção, em 1927. Aconteceu, no entanto, que se descobriu, em seguida, tratar-se de um governo burguês, que explorou a luta revolucionária dos operários e dos camponeses e afogou-a, depois, em sangue. Qual a razão desse erro? Teria sido apenas um engano de Radek? Podia ser, a tão grande distância. Mas, nesse caso, costuma-se dizer: não compreendi, enganei-me, errei. Infelizmente, como agora estamos vendo, não se trata de um erro de fato, proveniente da falta de informações, mas de um profundo erro de princípio. O governo camponês-operário, oposto ao governo operário-camponês, é o Kuomintang. Não pode ser outra coisa. Se o campesinato não segue o proletariado, segue a burguesia."

R\$5

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

Apontamentos sobre a Lei do Desenvolvimento Combinado, Guillermo Lora

Extratos de Trotsky, Lênin, Rosa Luxemburgo, Engels e Marx



Adquira com o distribuidor do Massas:



POR
PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO



MASSAS

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.





Nesta edição:

- Palestina:

Manifesto – Pelo fim imediato da guerra de Israel contra palestinos e libaneses!;

Desenvolvimento do conflito no Oriente Médio;

Intervenção do POR nos atos contra o genocídio do povo palestino;

- Argentina:

Editorial - A crise se agrava;

- Moldávia:

Referendo na Moldávia aprova objetivo de aderir à União Europeia;

- Trotsky:

III Evento Internacional Leon Trotsky (Buenos Aires);

32 anos da dissolução da URSS.

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

Pelo fim imediato da guerra de Israel contra os palestinos e libaneses!

Não à guerra do Estado sionista contra o Irã!

Fora os Estados Unidos do Oriente Médio!

Organizar a frente única anti-imperialista!

Lutar sob o programa da revolução social para alcançar a paz entre os povos!

Outubro de 2024

O governo de união nacional chefiado por Benjamin Netanyahu está cumprindo o plano de anexar a Faixa de Gaza e a Cisjordânia. A carnificina desfechada contra os palestinos não deixa dúvida de que o Estado sionista recorre ao genocídio. Não há limites para os ataques da poderosa Força de Defesa de Israel. Utiliza-se abertamente dos métodos mais bárbaros do terrorismo de Estado. O objetivo de exterminar o Hamas corresponde à estratégia colonialista da anexação.

Os capitalistas israelenses, os Estados Unidos e demais potências imperialistas, como a Inglaterra, Alemanha e França, sobretudo, jogam com a guerra para manter o controle do Oriente Médio. O Estado de Israel serve de pião para o capital monopolista exercer a dominação e sustentar a ferro e fogo a opressão nacional. A resistência em favor da independência das nações oprimidas e do direito à autodeterminação do povo palestino tem sido esmagada. As guerras dos Estados Unidos contra o Iraque e as intervenções militares nos conflitos internos que emergem constantemente no Oriente Médio levaram a grandes ruínas, ao atraso econômico e à destruição de incontáveis vidas humanas. A devastação do Iraque e da Síria se deve ao intervencionismo norte-americano e aliados imperialistas ou pró-imperialistas.

As guerras na Palestina fazem parte do quadro geral das inúmeras conflagrações no Oriente Médio. A burguesia israelita con-

seguiu ocupar grande parte do território e confinar os palestinos na Faixa de Gaza e Cisjordânia. Não pôde completar, portanto, a anexação. A resistência dos palestinos os têm mantido como nacionalidade, embora a mais oprimida em todo o mundo. A Faixa de Gaza se constituiu como um campo de concentração. E a Cisjordânia sobrevive como protetorado de Israel, suportando o avanço da anexação à custa de muita violência e sofrimento da população.

Sem se identificar a raiz histórica da opressão nacional e sem se evidenciar as relações de dominação imperialista que se impuseram desde a Primeira Guerra Mundial e a desintegração do Império Otomano, não é possível entender como é que no século XXI ainda se impõem os métodos do velho colonialismo e do genocídio de um povo por motivos territoriais.

A criação do Estado de Israel somente foi possível pela imposição da aliança vencedora da Segunda Guerra, sob a hegemonia dos Estados Unidos. O genocídio dos judeus pelo regime nazista contribuiu para fortalecer o movimento nacionalista sionista. A fração imperialista vencedora se utilizou dessa tragédia para criar um enclave na Palestina e, portanto, um posto avançado no Oriente Médio. As partilhas realizadas após a Primeira e Segunda guerras mundiais ao contrário de favorecer as identidades nacionais e impulsionar as forças produtivas integradas colocaram umas contra as outras.

A Palestina foi a região que mais sofreu com os ditames das potências. E os palestinos ficaram prisioneiros de uma partilha que lhes negou constituir um Estado nacional. A criação do Estado sionista se encarregou de bloquear definitivamente a necessidade histórica dos palestinos terem um Estado.

Essa contradição que se despontou desde a Primeira Guerra se converteu em impeditivo da autodeterminação da nação oprimida. A sequência de confrontações e guerras está na base da atual destruição da Faixa de Gaza e matança generalizada de palestinos. Está na base da expansão do intervencionismo das forças armadas de Israel para o Líbano. Está na base dos ataques à Síria. E está na base da possibilidade do conflito de Israel com o Irã se transformar em uma guerra no Oriente Médio.

O terrorismo de Estado como método da guerra de dominação da nação oprimida sem capacidade militar de defesa chegou ao ponto de Israel combinar a ampla destruição da Faixa de Gaza e agora do Líbano, com os assassinatos seletivos dos dirigentes do Hamas e do Hezbollah. Os atentados na Síria e no Irã foram declarações de guerra. Agora, chegou-se ao extremo de Israel se preparar para um ataque ao Irã. A resposta do governo iraniano aos atentados em seu território e fora dele, enviando mísseis sobre Tel Aviv, era o que o governo de Netanyahu esperava para criar uma situação de guerra contra o Irã. Ainda é uma incógnita se Israel bombardeará as usinas nucleares, os poços de petróleo ou se se limitará às instalações militares.

Os Estados Unidos anunciaram o envio de um avançado sistema de defesa antimísseis e uma centena de militares para manejar o aparato. Se assim o fizer, estarão dando mais um passo no envolvimento da guerra que tende a se generalizar no Oriente Médio. As Forças de Defesa de Israel se mostraram encorajadas a atacar até mesmo a Unifil (Força Interna das Nações Unidas no Líbano), que aí se encontram instaladas desde a retirada das tropas de Israel do território libanês em 2000. A ONU não foi capaz de reagir. A sua desmoralização chegou ao ponto do governo Netanyahu considerar o Secretário-Geral da ONU, Antônio Guterres, “pessoa não grata”.

No momento em que recrudescem as tensões no Oriente Médio, a guerra na Ucrânia chega a tal impasse que Zelenski, desesperadamente, apresenta no Congresso da Ucrânia o denominado “Plano da Vitória”. Pede à OTAN que aceite o ingresso da Ucrânia, que as potências autorizem atacar a Rússia com os mísseis de longo alcance e implora por mais armas. Esse é um plano para colocar a aliança imperialista em guerra direta com a Rússia. Embora a própria OTAN tenha considerado improcedente, esse gesto do governo ucraniano expõe as tendências mais profundas da guerra na Europa.

As manobras militares da China no estreito de Taiwan em resposta à movimentação militar dos Estados Unidos na região e, por sua vez, o exercício da OTAN com a Finlândia, objetivando a preparação “para responder de forma coordenada uma ameaça nuclear” evidenciam a que ponto a escalada militar expressa a profundidade da crise mundial do capitalismo. Está claro, mais hoje do que antes, que a Ucrânia não tem como reverter a ocupação de parte de seu território pela Rússia. O que indica a sua derrota. O problema está em saber se os Estados Unidos e sua aliança vão procurar salvar a Ucrânia lançando a OTAN no campo de guerra com a Rússia. Essa possibilidade continua vigente, ainda que a menos provável. Da mesma forma, guardadas as devidas diferenças, há o risco de uma guerra de Israel contra o Irã. A guerra comercial dos Estados Unidos com a China tende a avançar no plano do choque militar. Concretamente, as potências se preparam para a pior variante, que tomará a atual crise.

É necessário considerar o lugar da luta de classes nos marcos das guerras e da escalada militar. A classe operária e os demais explorados já sentem as consequências desses acontecimentos. As disputas comerciais e as guerras são descarregadas sobre a força de trabalho e as nações oprimidas. Os gastos parasitários com o armamentismo resultam em destruição e retrocesso de parte das forças produtivas. Inúmeras manifestações das massas indicam a tendência dos explorados de reagirem à barbárie capitalista. As manifestações iniciais em todo o mundo em defesa dos palestinos expressaram a necessidade da luta anti-imperialista e anticapitalista. O recuo do movimento é provisório.

Diante do avanço da decomposição econômica e dos choques mundiais, os explorados sentirão os perigos do abismo. Em grande medida, o baixo número de manifestações se deve às direções conciliadoras pró-burguesas. Cabe à vanguarda com consciência de classe manter erguidas as bandeiras do proletariado e trabalhar pela organização independente dos explorados perante a política burguesa. Está colocada, objetivamente, a unificação da maioria oprimida por meio de uma frente única anti-imperialista. Essa é a via para impulsionar a luta de classes e amadurecer as condições subjetivas para a revolução social.

Trabalhadores e juventude oprimida, lutemos em nossos sindicatos e movimentos para que se coloque em marcha um movimento revolucionário anti-imperialista e anticapitalista. Lutemos pelo fim das guerras de dominação por meio da luta de classes. Somente a classe operária à frente das massas oprimidas pode derrotar a política de guerra do imperialismo e ganhar terreno no combate pela revolução socialista.

Palestina

Desenvolvimento do conflito no Oriente Médio

A situação da guerra permanece sem uma perspectiva de solução rápida. Pelo contrário, o Estado sionista tem avançado sobre posições no Líbano, além de manter seu avanço sobre a Faixa de Gaza e Cisjordânia. Essa última tem passado pela maior perda de territórios nas últimas três décadas. A ocupação de territórios no Líbano com a expulsão da população já chega, segundo a ONU, a 25% da área do país. O objetivo anexionista e colonialista de Israel não pode mais ser obscurecido sob qualquer justificativa. O mapa com novas fronteiras de Israel, apresentado por Netanyahu e amplamente divulgado pela mídia indica que não existem objetivos ocultos nas ações do sionismo. A partilha do mundo do pós-guerra está esgotada. As modificações de fronteiras e zonas

de influência só podem se dar através das guerras de dominação, como a que estamos vendo se desenvolver no Oriente Médio.

Soldados da ONU foram feridos nos últimos dias, o Sul de Beirute tem sido devastado, Israel ordenou que a população se retirasse imediatamente promovendo o deslocamento de hordas de pessoas sem ter para onde ir. Mais de 1000 pessoas já foram mortas nesse flanco do conflito. No dia 13 de outubro, tanques israelenses invadiram posições ocupadas pela Força Interina da ONU no Líbano (UNIFIL), dois dias antes, tiros foram efetuados contra a base da agência. A UNIFIL disse que as ações das Forças de Defesa de Israel são uma “violação flagrante do direito internacional e da resolução 1701 (2006) do Conselho de Segurança”. É bom

lembrar que há menos de um mês a ONU permitiu que Netanyahu discursasse livremente na entidade e que depois disso, António Guterres foi declarado como 'persona non grata' por Israel. Ao menos 100 países, incluindo o Brasil, subscreveram uma carta de apoio a Guterres.

Como se vê, existe uma tensão entre Israel e a ONU, o que expressa uma divisão interburguesa frente ao conflito no Oriente Médio. Não se deve confundir, no entanto, o apoio dos países ao Secretário-Geral da ONU, como um apoio direto aos palestinos. A absoluta maioria desses países mantém suas relações diplomáticas, militares e econômicas com o Estado que está promovendo o genocídio. Um caso emblemático recente é o do Brasil.

No dia 9, o Ministro da Defesa José Múcio fez uma declaração com ampla repercussão afirmando que questões ideológicas no governo Lula travavam as relações com o Estado de Israel, em especial com a compra de 36 blindados da empresa israelense Elbit Systems, no valor de R\$ 1 bilhão. Lula, no entanto, partiu em defesa de Múcio, e afirmou que suas declarações não abalaram sua permanência no cargo. Aí está um exemplo da hipocrisia lulista.

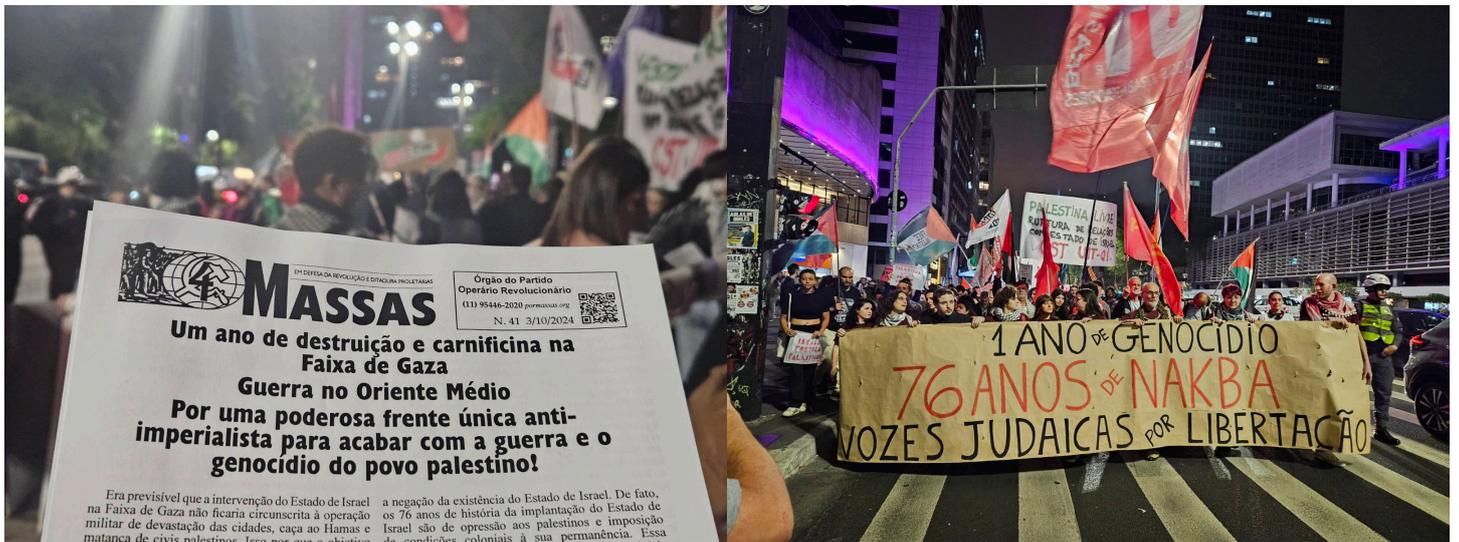
A situação contraditória entre as forças burguesas têm como fiel

da balança os EUA, que seguem financiando e dando retaguarda para os ataques de Israel. O apoio decisivo do imperialismo estadunidense e europeu é o cheque em branco que Israel utiliza em suas ações. Os governos que se colocam pelo cessar-fogo imediato e pelo fim das hostilidades não podem e não pretendem bater de frente com os EUA. Diante dessa situação, o massacre de centenas de milhares de palestinos e de centenas de libaneses permanece, sendo a ONU e as forças democráticas da burguesia impotentes para frearem o sionismo apoiado pelo imperialismo.

O movimento de massas internacional segue sua tendência de refluxo. Passados a ofensiva sobre o Líbano e os ataques do Irã à Israel, não se viu um retorno do movimento de massas, salvo manifestações pontuais. A responsabilidade recai inteiramente sobre as direções políticas, como é o caso do Brasil, que apostam nas instituições da burguesia para parar a guerra. Nesse sentido, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), através de suas seções nacionais, têm trabalhado na medida de suas forças para retomar o movimento de massas, nas ruas, com seus métodos próprios, sob a consigna tática de uma frente única anti-imperialista, e estratégica dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, e da República Socialista da Palestina

Intervenção do POR nos atos contra o genocídio do povo palestino

Manifestação de um ano do massacre na Faixa de Gaza em São Paulo



Aconteceu em São Paulo, no dia 8, uma manifestação como forma de marcar um ano do massacre e da carnificina do Estado sionista de Israel sobre os palestinos. O caráter geral da manifestação foi de denúncia do genocídio. Não identificamos o eleitoralismo presente em manifestações passadas. Expressou, pelo contrário, a indignação dos presentes com o avanço da barbárie no Oriente Médio, principalmente sobre o Líbano, Síria, Iêmen, Irã e, obviamente, a própria Palestina. No entanto, esse caráter geral, não expressou uma indignação geral, massiva, pois a manifestação permaneceu, como as últimas, circunscrita a uma pequena parcela da vanguarda de partidos de esquerda que fazem parte da Frente Palestina-São Paulo. As grandes centrais nada fizeram para fortalecer o movimento, e os movimentos populares e estudantis também estavam ausentes.

Permaneceu a hipocrisia dos grandes partidos como PT e PC-doB, que se colocam ao lado dos palestinos em palavras, mas nada fazem para fortalecer a luta em apoio à resistência. Não é raro vê-los participando de debates, entrevistas etc. que tratem do problema da Palestina. Também não é raro vê-los divulgando amplamente qualquer declaração de Lula, como na ONU, por exemplo. A verdade é que essa forma de atuação está de acordo com sua política. Não acreditam que o problema dos palestinos se resolverá pela luta de classes, mas sim pelas instituições da burguesia.

A manifestação, que teve início no MASP, descendo pela rua Augusta até a praça Roosevelt, contou com aproximadamente 300 pessoas. O POR participou com suas bandeiras, palavras de ordem, jornal Massas e com a banca de materiais. Além disso, foi distribuído no ato o manifesto de um ano do massacre em Gaza.

Ato em defesa da Palestina ocorrido no Litoral Norte de São Paulo



Ocorreu no dia 19 de outubro, em São Sebastião, Litoral Norte de São Paulo, o ato público em defesa do povo palestino e contra o genocídio em Gaza. A manifestação foi organizada pelo Fórum de Sindicatos e Movimentos Sociais do Litoral Norte.

A concentração dos manifestantes foi na Praça do Coreto, área central da cidade, seguida de uma passeata pelas ruas e avenidas de maior movimentação, que parou o trânsito em vários momentos.

Foi aprovado na praça, por maioria, que, durante a passeata, os sindicatos, movimentos sociais e partidos organizadores da manifestação fariam suas falas, expressando suas posições.

O POR foi um dos organizadores e também assinou o Boletim do Fórum. Além desse Boletim, o POR distribuiu outros dois manifestos próprios, sendo um editado em 01/10/2024, também sobre a guerra e o genocídio e o “Nossa Classe”, editado em 19 outubro de 2024. Em suas falas, denunciou o genocídio do povo palestino e agora também do povo libanês, mostrando para população que a guerra está se espalhando pelo Oriente Médio, com ataques sistemáticos promovidos pelo Estado de Israel aos países denominados pelos sionistas de “eixo do mal”, principalmente o Irã. Denunciou que isso ocorre justamente por ser o objetivo do Estado sionista de Israel impulsionar sua política anexionista e colonialista, com o extermínio de populações inteiras, apoiado financeira e militarmente pelo imperialismo, principalmente o norte americano. Defendeu a formação de uma poderosa frente única anti-imperialista, sob a estratégia da revolução social e pela edificação da República Socialista dos Países do Oriente Médio.

No Boletim do Fórum e na manifestação também foram feitas falas em relação às questões climáticas. Em suas falas o POR denunciou a política nefasta do imperialismo, tanto na superexploração dos recursos naturais para manter sua política expansionista, como no seu único objetivo que é só o lucro, em detrimento da humanidade.

O Fórum Sindical também repudiou a violência reacionária da prefeitura de São Sebastião no ato do “grito dos excluídos” do dia 07 de setembro.

Em reunião organizativa anterior ao ato, houve o debate em relação às bandeiras que o Fórum dos Sindicatos deveria assumir como defesa central na questão da Palestina.

Em consenso foram aprovadas as seguintes bandeiras: 1) Pelo fim do genocídio do povo palestino, 2) Pela retirada imediata e incondicional das forças de defesa de Israel da Faixa de Gaza, 3) Que o governo Lula/Alckmin rompa todas as relações com o Estado genocida de Israel, 4) Pela autodeterminação dos Palestinos.

Houve divergência em relação à bandeira “República Socialista dos Países do Oriente Médio”.

O POR apresentou e defendeu que a bandeira central do boletim em defesa da Palestina deveria ser a “República Socialista dos Estados do Oriente Médio”, porém outra corrente política se opôs a essa bandeira, escrevendo da seguinte forma: “A bandeira de “República Socialista” deve ser retirada. Nós do PPRI temos pleno acordo com a mesma, mas esta formulação não foi discutida no Fórum, muito menos aprovada. A inclusão desta formulação contraria a linha tirada de buscar as posições de consenso, já que o Fórum é uma frente de ação prática que ainda não é expressão das massas. Acredito que a OSL, PCB etc. possam fazer oposição à formulação. No seu lugar, podemos incluir a formulação de “Palestina livre do rio ao mar”, que é levantada nos movimentos em todo o mundo, inclusive pela frente Palestina de SP. Esta bandeira expressa a luta pela autodeterminação nacional dos palestinos e embora se choque com a proposta dos dois Estados (defendida pelos petistas e pelos stalinista, por exemplo), eles não tiveram coragem de se opor, diante do quadro do genocídio.” atual

Em resposta, o POR defendeu a manutenção da bandeira apresentada pelo POR oralmente e com o seguinte texto: Defendemos que o Fórum assuma a defesa do povo palestino com o internacionalismo proletário, portanto, marxista, como única solução real para o povo palestino. Trata-se de um problema histórico. Afirmou que não será possível uma saída progressiva nos marcos do capitalismo apodrecido e em decomposição. Essa saída passa pela destruição do Estado Sionista de Israel e expulsão do imperialismo do Oriente Médio pela Revolução Social, que será feita pela maioria oprimida, tendo à Frente a classe operária, que deverá tomar o poder das mãos da burguesia feudal nacionalista e edificará do Estado Operário, como parte da revolução mundial.

Nesse sentido, considerou totalmente equivocada a proposta de mudança do PPRI da bandeira de “República Socialista” pela bandeira de “Palestina Livre do Rio ao Mar”. Isso porque, entendemos que essa bandeira defendida pelo PPRI não corresponde à necessidade de solução da opressão histórica das massas palestinas. Trata-se de uma bandeira genérica, que pode ser assumida inclusive pelas burguesias feudais nacionalistas, que oprimem as massas do Oriente Médio como um todo e não só os palestinos.

Por entender que o Fórum de Sindicatos e movimentos Sociais do Litoral Norte deve assumir a defesa da independência de classe do povo palestino, o POR continuou defendendo a bandeira: Por uma República Socialista que una judeus, palestinos e árabes! Diante da divergência, houve o debate e votação de manutenção ou retirada da proposta do POR. A votação foi de 7x5 pela retirada.

Em seguida foi decidido, por consenso, que a bandeira “Palestina Livre do Rio ao Mar”, também não seria incluída no boletim e nem seria palavra de ordem central da manifestação. No entanto, essa bandeira de “Palestina livre do rio ao mar” foi puxada pelo

PPRI por inúmeras vezes durante da manifestação, criando propositalmente uma “confusão” de que esta bandeira era defendida pelo Fórum, contrariando a decisão aprovada em reunião de que também não havia consenso em relação a essa bandeira e que, portanto, não deveria ser defendida em nome do Fórum.

O fato é que o PPRI não fez a defesa dessa bandeira de “Palestina livre do rio ao mar” em seu próprio nome, e sim disfarçadamente em nome do Fórum, em uma clara manobra oportunista. Ao perceber a manobra, uma militante do POR questionou o PPRI. Em resposta, o militante dessa corrente acusou o POR de querer cercear o seu direito de manifestação.

Essa polêmica será objeto de debate no balanço do ato, que o Fórum realizará na próxima reunião.

Pronunciamento do POR na manifestação

Camaradas, essa manifestação organizada pelo Fórum de sindicatos e movimentos sociais do Litoral Norte vem às ruas denunciar à população que não ficaremos calados. Nós estamos nas ruas defendendo o povo Palestino. Estamos nas ruas defendendo o povo Libanês e contra todas as atrocidades que estão ocorrendo no Oriente Médio, porque o Estado Sionista de Israel, juntamente com os Estados Unidos estão promovendo uma matança, um genocídio de mulheres e crianças na Palestina. Diante dessa situação não podemos ficar calados.

Nós sabemos que Israel não está sozinho. Israel e sua poderosa máquina de guerra tem por trás os Estados Unidos. Sem a ajuda dos Estados Unidos Israel não poderia fazer o que está fazendo. Portanto, tanto Israel como os Estados Unidos são responsáveis pelo genocídio na Faixa de Gaza. Estamos aqui para denunciar que

Israel busca justificativas para continuar fazendo a matança. Israel justifica que está simplesmente defendendo o seu Estado, mas não é verdade. Isso é falso. As forças de resistência estão combatendo contra a opressão colonialista de Israel que procura ocupar e anexar toda a Palestina. Estamos aqui Contra o genocídio que está acontecendo na faixa de Gaza. O Estado de Israel há mais de um ano vem promovendo uma matança de civis na faixa de Gaza. O Estado de Israel há décadas vem cercado e matando indistintamente mulheres e crianças na Palestina.

Essa manifestação está aqui para mostrar que nós devemos discutir, nos organizar para expulsar o imperialismo do Oriente Médio e de todos os países onde eles exploram, onde eles atacam as massas. Mas isso, essa luta não pode se dar isoladamente. Essa luta não pode ser apenas de algumas pessoas, deve ser de todos. É por isso, que nós defendemos que tanto na Palestina, como no Oriente Médio é preciso lutar através da formação de uma poderosa Frente Única Anti-imperialista. Só assim, nós poderemos expulsar o imperialismo do Oriente Médio. Só assim nós podemos acabar com o genocídio. Só assim nós podemos expulsar, derrotar o Estado Sionista de Israel. Nesse sentido companheiros essa luta aqui se integra as lutas mundiais. A gente vem assistindo as massas no mundo inteiro contra o genocídio, contra a matança na Palestina. É falsa a ideia de que o Hamas e o Hezbollah representam um perigo para Israel. Portanto, nós do Partido Operário Revolucionário nessa manifestação defendendo a constituição da República Socialistas da Palestina. O POR defende a Constituição dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, como única forma de barrar a ofensiva imperialista e o genocídio que está ocorrendo na Palestina. Portanto, companheiros, Viva a luta do povo palestino. Viva a luta do povo Libanês. Viva a luta das massas mundiais. Obrigado companheiros.

Manifestação pró-Palestina na Praça Oswaldo Cruz, São Paulo

Aconteceu, no último dia 20, uma manifestação em defesa do povo palestino organizada pela Frente Palestina-São Paulo. A manifestação foi pequena, contando apenas com representações das organizações que compõe a frente, alguns parlamentares e simpatizantes. A ausência das grandes organizações e sindicatos permanece.

As intervenções em geral fizeram duras críticas ao genocídio dos palestinos, levado a cabo pelo Estado sionista de Israel, bem

como contra os ataques no Líbano. Em geral, o conteúdo apresentava como linha política a quebra das relações entre o Brasil e Israel. Pouco se ouviu sobre a responsabilidade do imperialismo na barbárie que está ocorrendo no mundo.

O POR distribuiu seu manifesto chamando à organização de uma frente única anti-imperialista, como resposta ao genocídio e ao papel dos EUA nas guerras de dominação no mundo todo.

Chile: Grande manifestação contra o genocídio israelense

No dia 5 de outubro, houve uma grande manifestação em Santiago do Chile contra o genocídio israelense no Oriente Médio. Uma marcha que reuniu mais de 500.000 pessoas e exigiu que o governo de Boric rompesse completamente as relações com Israel, especialmente o acordo comercial, que envolve a compra de armas e equipamentos militares e policiais. Recursos econômicos que servem ao governo sionista para continuar perpetuando o genocídio na região, e manter a população israelense em constante incerteza, que se manifesta contra a ocupação dos territórios palestinos, exigindo um cessar-fogo e trazer de volta os reféns que ainda estão em Gaza.

O repúdio mundial ao genocídio realizado pelo governo Netanyahu e seu exército burguês, com o objetivo de exterminar os palestinos, para ocupar seus territórios ricos em gás e petróleo, além de criar centros turísticos voltados para o mar. O que está em jogo são as riquezas naturais que têm sido a vida daqueles povos

milenarios que as ocuparam por milhares de gerações.

O apoio dado pelas seitas protestantes do país ao genocídio é justificado pela ideia de que esse grupo étnico teria o apoio de deus, e que isso os torna invencíveis; isso faz parte da ignorância imposta pelas religiões.

O poder econômico e político da burguesia imperialista norte-americana e seus governos vassallos europeus mantiveram artificialmente o Estado judeu nesta região, cruelmente punida por seus recursos naturais, causando a morte de dezenas de milhares de palestinos. O governo colonialista estendeu a guerra a outros países, devidos aos acordos secretos com o presidente dos Estados Unidos.

Fora o imperialismo e Israel genocida de Gaza e do Líbano!

(Boletim Revolução Proletária nº 25, outubro de 2024, Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário no Chile)



Argentina - Editorial

A crise se agrava

O governo está mais fraco

Milei confessou aos empresários mais poderosos do país reunidos no Colóquio IDEA: “com o tipo de ajuste que estávamos fazendo, era importante fazê-lo nas férias para que as pessoas não soubessem tanto do que estava acontecendo”.

É uma das poucas verdades que se ouviu dele. A austeridade brutal que descarregou nem bem assumiu o governo, porque o verdadeiro destinatário da austeridade era “o povo” e não “a casta”.

Ele diz isso com orgulho aos empresários que comemoram sua política, que faz crescerem seus lucros fortemente. Parece que, por enquanto, a enorme mobilização e agitação que cresce na sociedade não os preocupa.

Aqueles que tinham alguma ilusão de que após o sofrimento das primeiras medidas a recuperação viria, já a perderam. Só puderam verificar a queda do poder de compra dos salários e aposentadorias devido à monumental desvalorização de dezembro transferida para os preços, que foram liberados; o levantamento de todos os controles ou regulações; aos aumentos de preços em todos os serviços e os milhares de trabalhadores demitidos.

A ruptura de ilusões deu um salto com o veto ao pequeno reajuste previdenciário e sua obscena comemoração pelo governo, além da forte repressão aos aposentados que se mobilizaram no Congresso; seguido pelo veto à Lei de Financiamento Universitário que deu origem a uma mobilização histórica em todo o país em defesa da Universidade e da Educação públicas, somou-se a ocupação de cem campi universitários em todo o país contra ao veto, com assembleias, mobilizações e bloqueios que se multiplicam. Também é importante a luta em defesa do Hospital Bonaparte, contra seu fechamento e a luta dos trabalhadores de Garrahan, com assembleias unificadas, atos, mobilizações unitárias. E os dos trabalhadores da Aerolíneas Argentinas, que o governo quer privatizar mais uma vez, criando conflitos, esvaziando a empresa, tornando visível o saque do Estado.

O governo continuou provocando como se nada tivesse mudado, mentindo traiçoeiramente sobre uma suposta recuperação de salários e aposentadorias, consumo e atividade econômica. Continuou provocando dizendo que a mobilização universitária visa impedir que o orçamento universitário seja auditado. Essas provocações hoje encontram uma resposta ativa na população que não

perde a oportunidade de repudiar a presença do presidente ou de seus funcionários mais conhecidos em qualquer lugar, mesmo às portas do Colóquio Empresarial de Mar del Plata.

As mobilizações contra a Lei Bases ou contra os vetos do governo seguiram a agenda parlamentar, tentando pressionar o Congresso a votar neste ou naquele sentido. A mobilização que se abriu com o fracasso da via parlamentar deu um salto à frente. Tem como alvo o governo responsável por todos os ajustes. Contra a catástrofe social que se vive. A agenda agora é marcada por lutas, assembleias, mobilizações e greves. A perda de ilusões no Governo e no Congresso alimenta a rebelião dos jovens que vêm de anos de paralisia, expressam profundamente a raiva popular pelos ataques sofridos pela maioria e estão se tornando uma referência que agrega e coordena outros setores.

A mudança na situação política introduz novas questões o tempo todo. Nem os reitores, nem a maioria das direções sindicais e juvenis previram essa situação que os oprime e que eles não podem controlar, não podem evitar. Para aprofundar e ampliar a luta, é essencial continuar promovendo a participação mais ampla e unitária das bases, coordenando as lutas, somando todas as forças, garantindo as assembleias e a democracia mais completa nas decisões, debatendo as demandas que centraliza o movimento.

Este é o caminho para acabar com a política deste governo e também com o governo das grandes corporações e do FMI, para evitar o saque do país, para acabar com a especulação financeira e poder defender nossos direitos. A CGT e a CTA devem coordenar a convocação de uma greve geral que permita centralizar esse movimento.

O peronismo quer institucionalizar as demandas, que sejam canalizadas nas eleições de 2025 e 2027. Querem aparecer novamente como os bombeiros capazes de apagar o fogo social. Este é o problema, querem desviar as lutas para o terreno eleitoral, institucional. Por isso, é tão importante debatermos como nos preparamos para governar os trabalhadores, os jovens, os aposentados, os movimentos sociais. Como lutamos por nosso próprio poder para não impedir que tenhamos outro Milei, ou Fernández ou Massa ou Macri que continuem nos enganando.

(Extraído do Jornal Massas nº 467, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Referendo na Moldávia aprova objetivo de aderir à União Europeia

No dia 20 de outubro, realizou-se um referendo, junto à eleição presidencial, para decidir por uma emenda à Constituição que define a adesão à União Europeia como um objetivo a ser buscado. Com um índice de apenas 51,68% de comparecimento, o "SIM" teve uma vitória apertada (50,38% dos votos válidos, contra 49,62%). A enorme quantidade de emigrantes moldávios, a chamada "diáspora moldava", pesou fortemente pela vitória do "SIM". Dessa forma, a Moldávia está dando mais um passo para estreitar seus laços com o bloco imperialista da União Europeia, que serve de cobertura para as manobras da OTAN e EUA contra a Rússia na região.

A Bessarábia, região que corresponde, em sua maior parte, à atual Moldávia, situada entre os rios Prut e Dnieste, tem sido alvo de disputas entre potências. Em 1812, o Império Russo anexou a região até então pertencente ao Império Turco Otomano, após a

assinatura do Tratado de Bucareste. Em 1917, após a Revolução Russa de outubro, que libertou as nações da opressão nacional grão-russa, a Romênia, com a convivência das forças da Entente, ocupou militarmente e anexou a Bessarábia, que passou a servir como uma trincheira para os exércitos brancos da contrarrevolução. Em 1924, uma região da República Soviética da Ucrânia, com presença significativa de moldavos e próxima à fronteira com a Bessarábia (Romênia) passou a se constituir como República Socialista Soviética Autônoma da Moldávia, tendo como objetivo projetar o poder soviético sobre os operários e camponeses da Bessarábia.

Anos mais tarde, no contexto da Segunda Guerra Mundial, não demorou para que o estalinismo recorresse aos métodos de opressão nacional burocrático-militares, estranhos ao proletariado, para tomar a Bessarábia da Romênia. Por meio do Pacto secreto de

Não-Agressão germanico-soviético, Stalin anexou a Bessarábia em 1940, a qual, junto ao território da República Autônoma da Moldávia, formou a República Socialista Soviética da Moldávia, que durará até 1991, no contexto de dissolução da União Soviética.

A declaração de independência da Moldávia, em 1991, foi acompanhada de uma guerra interna, com a Transnístria (região onde ficava a antiga República Autônoma Soviética) se separando do restante do território moldavo e se vinculando à órbita da Rússia, com a presença de tropas russas em seu território.

Os métodos centralista-burocráticos do estalinismo impediram que as repúblicas soviéticas fortalecessem seus laços de solidarie-

dade no interesse da internacionalização da revolução. As contradições geradas pela opressão nacional serviram de ponto de apoio para o imperialismo avançar a restauração capitalista na URSS.

O atual referendo é mais uma etapa desse processo, em que os operários e camponeses moldavos se veem premiados entre as pressões do imperialismo da União Europeia, OTAN e EUA de um lado, e da oligarquia e burocracia russa de outro. A real independência nacional e integridade territorial da Moldávia só virá a partir da união dos operários e camponeses russos, ucranianos, moldavos, romenos e demais nacionalidades, com o fim da guerra na Ucrânia e sobre a base de uma paz, sem anexações, como parte da luta pelos Estados Unidos Socialistas da Europa.

III Evento Internacional Leon Trotsky

Buenos Aires - 23 a 26 de Outubro de 2024

Declaração ao III Encontro Leon Trotsky

Estamos testemunhando o agravamento da crise internacional. A guerra comercial leva a guerras que ameaçam desencadear uma terceira guerra mundial. Os EUA e a OTAN declararam guerra à Rússia e à China e têm usado a Ucrânia como bucha de canhão para intervir na Rússia. No Oriente Médio, buscam expandir a presença militar de Israel massacrando o povo palestino e o objetivo principal é desarmar e esmagar o Irã. O agravamento da crise mundial do capitalismo destaca o problema da direção revolucionária.

O processo de degeneração da Terceira Internacional que culminou com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha em 1933 mostra como foi historicamente necessária e urgente a decisão de fundar a Quarta Internacional defen-

dida por Leon Trotsky em 1938. Esse único fato, de arrancar à burocracia restauracionista o legado da Revolução Russa, seus princípios programáticos e seu método histórico, deu a Leon Trotsky o reconhecimento do proletariado internacional. Mas, sua vida e obra excedem em muito este evento.

A estruturação de uma camarilha burocrática, que detinha o controle do Partido Comunista da URSS e com ele o destino do Estado operário e do resto da vanguarda revolucionária mundial, começou com a própria Revolução Russa de 1917. Embora no período inicial seja lento, atomizado e sub-reptícia, as bases objetivas de sua estruturação nos últimos anos da vida de Lênin, estavam presentes desde a Revolução de Outubro.

Leon Trotsky não foi um elemento passivo nesse processo. Desde muito cedo, organizou as respostas tanto à burocratização do Partido Bolchevique quanto à degeneração do Estado operário russo. Colocou toda a sua disposição militante, sua experiência política, sua clareza programática, sua lucidez teórica, sua notável capacidade de previsão e todas as suas energias numa luta corajosa e obstinada para salvar a revolução mundial. Compreendeu que essa luta tinha uma perspectiva histórica e era uma expressão de forças objetivas em conflito, duas classes se chocando para se impor, como um fenômeno inerente ao período de transição do capitalismo para o socialismo. O Partido, o Estado e, com ele, a Revolução como um todo, não podiam ficar alheios a essas pressões.

O Programa de Transição, como continuação dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista e como síntese da nova Internacional, não previa um cenário suave, livre de obstáculos e problemas, muito pelo contrário. Caracterizava o grau avançado da histórica crise de direção do proletariado e como as condições objetivas para a revolução não estão apenas maduras, mas estavam começando a apodrecer. Ou seja, Trotsky colocou, desde o início, o enorme problema que os militantes da Quarta Internacional teriam pela frente, não apenas pela inviabilidade da estagnada e contrarrevolucionária Terceira Internacional, mas também pela crise agonizante do capitalismo e pela perseguição criminosa da Oposição de Esquerda pelo stalinismo. Seu método consistia em não enganar, mas encarar a dura realidade de frente.

Com a morte de Leon Trotsky há 84 anos, coube aos continuadores dessa Internacional lutar por sua consolidação, no cenário de uma guerra imperialista. É evidente que essa direção política não esteve à altura da tarefa. Os autoprotomados “herdeiros” do grande revolucionário, revelaram toda a imaturidade política para uma tarefa de tal magnitude. A renúncia ao programa revolucionário, seu abandono total e a adoção de caminhos intermediários, atalhos e saltos no vazio demonstraram a incompreensão que subjazia nessas organizações em torno às formulações de Leon Trotsky. Inevitavelmente, isto teve consequências práticas.

Assim se passaram os primeiros anos de vida da Quarta Internacional, entre divisões e unificações forçadas, entre novos agrupamentos e novas cisões. Todos expressando o mesmo denominador comum: a política da pequena burguesia que se manifesta nas fileiras da vanguarda proletária. Foi o desespero próprio desses setores, buscando pular a indispensável e lenta tarefa de construir o Partido-Programa.

É necessário destacar de forma grosseira alguns disparates e cambalhotas realizadas por essas organizações. Na Argentina, por exemplo, partiram se embocando com o gorilismo contra o peronismo nos anos 40, para depois fazer o entrismo apenas alguns anos depois; de sua virada foquista nos anos sessenta e setenta, ao seu eleitoralismo e democratismo desenfreado nas décadas seguintes; todos com sinais indistigáveis de oportunismo e seguidismo.

E apenas para nos limitarmos à América Latina, a enorme quantidade de tonteiras ditas em todo o continente nos últimos anos, caindo no apoio mais abjeto aos diferentes nacionalismos burgueses, renunciando - de fato - à independência política do proletariado. Nós os vimos entusiasmados com as vergonhosas experiências do indigenismo do MAS, do PT de Lula, do socialismo do século XXI, do Castillo no Peru, entre uma grande variedade. O exemplo mais recente dessa falência política total foi o apoio velado ou aberto a Sergio Massa no segundo turno de 2023, evidenciando sua falência total. Quase nenhuma das tendas políticas que erroneamente se reivindicam trotskistas escapa a essa descrição, e os balanços permanecem ocultos (ou diretamente inexistentes) em relação a todas essas contorções e cambalhotas.

E por que “quase nenhum”? Porque houve uma exceção nesse panorama desastroso, não só das barbaridades ditas nos últimos anos, mas na própria constituição de uma organização revolucionária. Se trata da vida do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, na figura de Guillermo Lora. Um Partido fortemente cimentado no programa do socialismo científico, o marxismo. Buscando avidamente a compreen-

são mais completa da realidade, a árdua e obstinada penetração no seio da classe operária, estudando as particularidades do país, o tipo de revolução, o papel dirigente do proletariado nela. O fato de ter lutado por cada uma dessas questões permitiu-lhe colocar-se como a vanguarda do proletariado, uma ferramenta capaz de transformar o instinto de classe em consciência política.

Os primeiros esboços lançados pelo seu fundador Aguirre Gainsborg, seguidos pelos avanços político-organizacionais alcançados a partir da Tese de Pulacayo, a formidável experiência do Bloco Mineiro Parlamentar, a revolução de 1952, a assembleia popular de 1971 e a Frente Revolucionária Anti-imperialista. Se condensa na figura do seu histórico dirigente Guillermo Lora, numa obra sem precedentes entre os aparentes continuadores do trotskismo, apenas comparável aos grandes mestres Marx, Engels, Lenin e Trotsky.

Paralelamente a esse processo, houve muitas tentativas inúteis de capitalizar sua autoridade, de se apropriar de seu progresso e, diante da impossibilidade, as tentativas de destruí-lo, isolando-o internacionalmente e distorcendo suas lutas políticas. Atônitos e deslumbrados com as conquistas político-programáticas do trotskismo boliviano, os mais diversos “continuadores” do trotskismo procuraram se afeitar ao POR ou quebrá-lo em mil pedaços. Todos falharam em suas tentativas.

Não há dúvida de que as organizações presentes no Terceiro Encontro Leon Trotsky são em sua maioria tributárias das correntes revisionistas que abandonaram os princípios do bolchevismo, a propaganda da revolução e ditadura do proletariado e o comunismo. Tornaram-se, objetivamente, um verdadeiro fardo e obstáculo para a estruturação de fortes seções nacionais da Quarta Internacional, atrasando a já árdua tarefa de estabelecer a ferramenta histórica da classe operária, capaz de lutar consistentemente pela revolução e ditadura proletária, desarmando política e teoricamente milhares e milhares de militantes valiosos que estão em suas fileiras.

Desde o POR reafirmamos mais uma vez que o trotskismo, como continuador do marxismo-leninismo, é a condição para combater o avanço da barbárie capitalista que ameaça o futuro da humanidade, e que essa tarefa não tem caminhos intermediários nem reconhece possibilidades se os erros e acertos do passado não forem assimilados cientificamente, com o método do materialismo dialético. O CERQUI é a única organização capaz de realizar esta tarefa formidável que Leon Trotsky nos legou.

(Extraído do Jornal Massas, nº 467, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

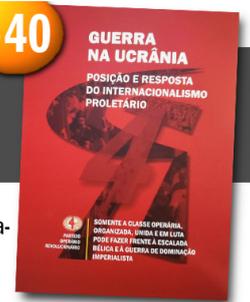
Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



Trotsky

32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No *Jornal Massas 705*, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, começamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos Escritos de Trotsky. No *Jornal Massas 706*, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No *Massas 707*, tratamos do Tomo 1, vol. 4.

No *Massas 708* expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: “Aos Camaradas Búlgaros” e “Termidor e Bonapartismo”. No *Jornal Massas*, nº 709, resumimos o Tomo II, vol. 2: “Problemas do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional sobre a questão russa”.

No *Jornal Massas 710*, usamos o Tomo IV, vol.1: “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”. No *Jornal Massas 712*, tratamos do Tomo IV, vol. 2: “É necessário construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional”.

No *Jornal Massas 713*, dedicamos ao Tomo V, vol.1: “A natureza de classe do Estado soviético”. No Tomo V, vol. 2, concluímos as formulações que se encontram no documento “A Guerra e a IV Internacional, de 10 de junho de 1934”.

No *Massas 715*, expusemos as considerações de Trotsky que se encontram no Tomo VI, vol. 1, 1934-1935. O documento principal se denomina “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”. Fizemos referências a alguns artigos que o antecede. No *Massas 716*, concluímos o Tomo VI, vol. 1, 1934-1935 expondo o documento “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”, de 1º de fevereiro de 1935. Observamos que no Tomo VI, vol.2, 1934-1935, Trotsky retoma especificamente a questão da burocratização e do processo de restauração no texto “Outra vez sobre

a questão do bonapartismo. O bonapartismo burguês e o bonapartismo soviético”.

No Tomo VII, vol.1, 1935-1936, Trotsky faz referência direta à questão da burocratização nos artigos: “Rússia e o Proletariado Mundial” (14 de setembro de 1935) e “Como Stalin venceu a oposição” (12 de novembro de 1935). No Tomo VII, vol. 2, destacamos os textos cujos títulos são: “O caráter de classe do Estado soviético”, 1 de janeiro de 1936; “A nova Constituição da URSS”, 16 de abril de 1936, e “A Quarta Internacional e a União Soviética”, 8 de julho de 1936. Ainda no Tomo VII, vol. 3, apresentamos o documento “No tribunal de portas fechadas”, de 11 de dezembro de 1936. Fizemos uma síntese de alguns escritos que se referem ao processo de expulsão de Trotsky da Noruega. Vimos no vol. 3, tomo VII, a concentração de Trotsky na tarefa de expor o significado dos Processos de Moscou, que assinalava a consolidação da ditadura burocrática estalinista, a liquidação dos fundamentos do Partido Bolchevique pelo revisionismo e o fortalecimento das tendências restauracionistas.

O Tomo VIII, 1936-1937, vol. 1, dá continuidade aos artigos, entrevistas, comunicados e documentos sobre os novos passos dos Processos de Moscou. Isso nas condições de expulsão de Trotsky da Noruega e início do seu novo exílio no México. A Oposição de Esquerda se achava debilitada devido ao brutal cerceamento de Trotsky e à pouca formação da militância que foi se aglutinando contra a ditadura de Stalin. No vol. 2, Trotsky se dedica a combater os Processos de Moscou. Assim que concluir a exposição sobre a caracterização da URSS, da burocratização e os indicadores referentes à restau-

ração, faremos uma apresentação das questões que envolvem os Processos de Moscou. Neste volume, são poucas as referências à questão da estalinização do regime soviético. Comparecem principalmente nos artigos “O Fim?” (1 de fevereiro de 19137), “Sobre a defesa da URSS” (26 de março de 1937) e “Respostas ao diário judeu Forward” (27 de abril de 1937). No vol. 3, consta o folheto “Estalinismo e Bolchevismo (Sobre as raízes históricas e teóricas da IV Internacional)”, de agosto de 1937. As principais formulações sobre a burocratização do Estado operário e o processo contrarrevolucionário da restauração se encontram neste documento. Há no entanto considerações sobre a mesma questão nos textos: “No Limiar de uma Guerra Mundial” (agosto de 1937); “Entrevista ao ‘México ao Dia’”, agosto de 1937; “Resposta ao Herald-Tribune de Nova York”, agosto de 1937.

No Tomo IX, 1937-1938, vol. 1, comparecem os seguintes documentos referentes à burocratização do Estado soviético e a necessidade de uma correta caracterização. São eles: “Uma vez mais: a União Soviética e sua defesa”, novembro de 1937; “Nem Estado operário, nem Estado burguês?”, novembro de 1937; “O governo soviético ainda segue os princípios adotados há vinte anos?”, janeiro de 1938.

No tomo IX, 1937-1938, vol. 2, Trotsky não dedica nenhum documento voltado especificamente para a questão da burocratização e do processo de restauração capitalista. Seleccionamos algumas passagens em que a questão é tratada.

Trotsky, no tomo X, vol. 1, 1938-1939, igualmente, não trata diretamente da questão da burocratização e do processo de restauração capitalista.

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Considerações sobre a política do estalinismo diante da II Guerra Mundial

“Frases e Realidade”

No artigo “Frases e Realidade”, de setembro de 1938, Trotsky denuncia a preparação da guerra. Hitler avançava sobre a Tchecoslováquia. Anexou parte de seu território. Os pacifistas rogavam pela paz. Os nazistas propagavam as ideias de “nação”, “raça” e pureza do “sangue”. Estavam a caminho da “luta aberta pela posse de colônias”. A fração imperialista opositora brandia a bandeira da “democracia”. A “bandeira nacional” servia de máscara ao imperialismo alemão. A real questão democrática era, no entanto, o “direito à autodeterminação”.

Trotsky reporta-se ao Tratado de Versalhes da Primeira Guerra lembrando que a aliança imperialista vencedora havia imposto à Alemanha pesadas perdas. Diz que foi pisoteado “vilmente o direito democrático dos alemães do Sudeste, dos austríacos e de muitos outros grupos nacionais, como os húngaros, búlgaros, ucranianos etc.”. Trata-se do direito à autodeterminação. E completa: “Os resultados são conhecidos – Alemanha democrática, incapaz de suportar o jugo do Tratado de Versalhes se jogou desesperadamente nos braços do fascismo. Parecia que a democracia Tchecoslováquia, que permanecia sob a sagrada proteção da democracia franco-britânica e da burocracia socialista da URSS tinha todas as oportunidades de demonstrar aos alemães do Sudeste que, na realidade, o regime democrático é muito mais vantajoso que o fascista”.

A democracia do imperialismo corresponde à negação do direito real do direito à autodeterminação. A crise geral do capitalismo levava à decomposição da democracia e

à ascensão do nazifascismo. Eis a conclusão de Trotsky: “A força temporária de Hitler reside na bancarrota da democracia imperialista (...). O fascismo é a expressão do desespero das massas pequeno-burguesas, que também arrastam consigo o abismo parte do proletariado”. Stalin e sua camarilha abraçavam a causa do imperialismo democrático. “Em função da tão desejada aliança com as democracias imperialistas, a camarilha bonapartista levou o Comintern à prostituição política mais profunda”. Sobressaltava a política traidora dos estalinistas na Espanha conflagrada pela guerra civil.

Neste ponto do raciocínio, Trotsky coloca a questão da restauração capitalista. Afirma que “apesar de se ter transformado definitivamente em lacaio do imperialismo ‘democrático’, Stalin não se atreve a levar às últimas consequências sua linha na URSS, isto é, a de restauração da propriedade privada dos meios de produção e abolição do monopólio do comércio exterior. E, ao não assumir essas medidas, o imperialismo o continua vendo como um revolucionário adventício, um aventureiro, um falsificador sangrento”. Sem dúvida a luta contra o fascismo era fundamental. Mas só o proletariado por meio da luta de classes e com seu programa poderia enfrentá-lo. E ao enfrentá-lo também enfrentaria o imperialismo “democrático”. Estabelece a premissa: “para garantir a paz entre os povos temos de derrubar o imperialismo, qualquer que seja a máscara que adote. Somente se conseguirá por meio da revolução proletária”.

“Uma Lição Recente”

No artigo “Uma Lição Recente”, Trotsky desenvolve a linha proletária estabelecendo sua estratégia e sua tática diante da guerra imperialista. Fundamenta a tese de que o combate ao fascismo sem se submeter à política das potências mascaradas pela democracia implicava desmascarar a política do estalinismo. O método de análise da guerra ganhava enorme importância. Nesse sentido, explica: “É óbvio que o proletariado deve construir sua política sobre a base de cada guerra determinada, tal como é, isto é, como foi condicionada por todo o processo precedente e não sobre especulações hipotéticas acerca das possíveis consequências estratégicas da guerra”. Liga à premissa da análise concreta das guerras, o seguinte reconhecimento: “Em inúmeras oportunidades reiteramos a insubstituível e incalculável tese de Clausewitz de que a guerra não é mais do que a continuidade da política por outros meios. Para determinar em cada ocasião o caráter histórico e social de uma guerra, não nos devemos guiar por impressões e conjecturas, mas por uma análise científica da política que a precedeu e a condicionou”.

É por meio desse método que se chega à compreensão

de que o proletariado obrigatoriamente se coloca do lado da nação oprimida contra o imperialismo opressor. Essa é a condição para a classe operária organizada em seu partido se valer das situações de guerra para lutar pelo poder. A direção estalinista não só não podia cumprir essa função como se levantava como um obstáculo da luta dos oprimidos contra a guerra imperialista. A ditadura estalinista havia esmagado as massas soviéticas e rompido com “a revolução internacional, a camarilha do Kremlin se havia transformado em brinquedo do imperialismo”. (...) “O único obstáculo no caminho da guerra é o temor da revolução que sentem as classes proprietárias”. Daí a importância da seguinte conclusão: “A luta contra a guerra, o imperialismo e o fascismo exige uma luta incansável contra o estalinismo, manchado de crimes. Quem defende direta ou indiretamente o estalinismo, quem se cala diante de suas traições o exagera sua força militar, é o pior inimigo da revolução, dos povos oprimidos, do socialismo. O quanto antes seja derrubada a camarilha do Kremlin pela ofensiva armada dos trabalhadores, maiores serão as possibilidades de uma regeneração socialista da URSS, mais próximas e amplas, as perspectivas da revolução internacional”.

“Vigésimo Primeiro Aniversário”

No artigo “Vigésimo primeiro aniversário”, 14 de novembro de 1938, Trotsky relembra a posição de Stalin diante da Revolução de Fevereiro, ocorrida em 27 de fevereiro de 1917, quando preconizava o apoio ao governo liberal burguês da coalizão entre os Mencheviques e Socialistas Revolucionários. Essa pretendia linha se chocou com a orientação de Lênin, que expôs o caráter de classe desse governo e colocou para os bolcheviques a continuidade da luta em direção à tomada do poder. Eis o que lembra Trotsky: “Stalin escreveu e disse, ‘há que se apoiar o governo provisório porque (...)’. Lênin chegou do estrangeiro e declarou: ‘O menor apoio ao governo provisório é uma traição’. Stalin disse na Conferência Bolchevique de março: ‘Temos de nos unir ao partido de Ceretelli (os mencheviques)’. Lênin declarou: ‘Qualquer ideia de unidade com os defensores mencheviques é uma traição’. (...) A verdadeira política bolchevique começou com a chegada de Lênin (4 de abril de 1917), com sua oposição irreconciliável à ‘frente popular’ de fevereiro. (...) Lênin queria a unidade das massas revolucionárias baseada na luta de classes, não na unidade dos charlatões ‘socialistas’ com os capitalistas liberais para enganar as massas”.

Se o Partido Bolchevique tivesse seguido a linha proposto por Stalin teria se comprometido com a política de guerra do governo provisório de defesa nacional e de continuidade da Primeira Guerra Mundial. Lênin contrapunha o derrotismo ao defensismo. Ou seja, derrotar o governo que se alinhava a uma das frações do imperialismo com a estratégia da tomada do poder. Foi decisivo o fato de a posição de Lênin orientar os bolcheviques com a política de derrotismo revolucionário, sem a qual não teria sido possível a

vitória da classe operária e dos camponeses em 25 de outubro. Diz Trotsky: “A Revolução de Outubro foi o triunfo dos bolcheviques, o partido dos operários e dos camponeses pobres, sobre a ‘frente popular’, aos partidos da burguesia liberal, aos mencheviques e aos ‘socialistas revolucionários’, que estavam indissolavelmente ligados ao imperialismo ‘democrático’ da Entente”.

No vigésimo aniversário da Revolução Russa, Stalin firmava a sua ditadura bonapartista e a III Internacional orientava os Partidos Comunistas a desenvolverem a política das frentes populares, que é de subordinação do proletariado a uma das frações da burguesia considerada como democrática. Trotsky conclui o artigo defendendo a luta da classe operária contra o revisionismo estalinista que havia abandonado a concepção e o programa marxista-leninista diante da guerra Segunda guerra que se avizinhava. Conclui: “No futuro da burocracia soviética e do Comintern não se vislumbra nenhuma saída, nem um raio de esperança. Os operários avançados têm de pôr lhes fim. Somente uma insurreição do proletariado soviético contra a vil tirania dos novos parasitas poderá salvar o que ainda resta das conquistas de Outubro. Somente a revolução proletária nos países capitalistas avançados poderá ajudar os operários russos a construir uma verdadeira sociedade socialista sobre os cimentos postos por Outubro. Somente neste sentido defendemos a Revolução de Outubro frente ao imperialismo, fascista ou democrático, da burocracia de Stalin e de seus mercenários ‘amigos’”.

É necessário atentar para essa formulação, uma vez que vincula a defesa da URSS contra o imperialismo à derrocada da ditadura estalinista pelo levante do proletariado soviético.

“Um diálogo Político”

Esse é um documento feito na forma de perguntas e respostas. O entrevistador era adepto do estalinismo, e se identificava como um ‘amigo da União Soviética’ e era partidário da frente popular. Entendia que a posição de Trotsky sobre o fascismo, que colidia com a de Stalin, servia aos fascistas. De forma provadora, diz na sua pergunta que “os reacionários pulam de alegria quando você desmascara a URSS”. Trotsky mostra que não era novidade na história do marxismo os adversários se valerem de calúnias. Exemplificou com os ataques da reação feudal ao Manifesto Comunista. O detrator insistiu que Trotsky, apesar de reconhecer o Estado operário, não via seu lado positivo e apenas expunha “os defeitos da URSS”.

A ideia do “amigo da URSS” era de que o rechaço de Trotsky à subordinação da política do Kremlin à democracia burguesa, em nome da luta contra o fascismo, servia à reação. Trotsky responde: “Segundo você, os socialistas têm de se calar precisamente quando a decadente democracia burguesa imperialista – não precisamente à ‘democracia burguesa’ em geral! – demonstrou na prática sua total incapacidade para enfrentar as tarefas colocadas pela história (e essa incapacidade constitui o motivo pelo qual a democracia se desmorona tão facilmente sobre os golpes da reação). Você reduz o socialismo a um ornamento ‘crítico’ no edifício da democracia burguesa.” Então, o entrevistador retruca: “Mas não é casual que toda reação mundial ataque a URSS”.

Trotsky explica: “Nós revolucionários atacamos a burocracia da URSS precisamente porque sua política parasitária e a marginalização dos trabalhadores se chocam com a nacionalização dos meios de produção e o monopólio do comércio exterior, que são os fatores básicos da construção socialista. Aqui está a pequeníssima diferença entre nós e a reação. O imperialismo mundial incentiva a oligarquia do Kremlin a chegar até as últimas consequências e, já introduz a hierarquia militar (as distinções e condecorações),

os privilégios, os serviços domésticos, a prostituição, a punição ao aborto etc., a que introduza também a propriedade privada dos meios de produção. De nossa parte, chamamos os operários da URSS a derrubar a oligarquia do Kremlin e instaurar uma verdadeira democracia soviética, requisito necessário para a construção do socialismo”. O ‘amigo da URSS’ diz que “a URSS é progressiva apesar de todas as suas imperfeições”. Trotsky mostra que contraditoriamente coexistiam elementos progressivos e reacionários. A questão estava em reconhecer essa contradição e os perigos dos elementos reacionários. Conclui: “O fundamental destas contradições sociais é que se dá entre as massas traídas e a nova casta burocrática que prepara a restauração da sociedade de classes”.

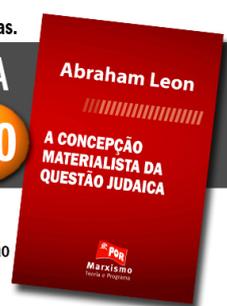
Nessa entrevista, fica evidente que o entrevistador não passava de um porta-voz das falsificações do estalinismo contra o marxismo-leninismo-trotskyismo. Com tais argumentos, se colocava na defesa das forças restauracionistas, contra as quais Trotsky liderava a Oposição de Esquerda e trabalhava pela formação da IV Internacional.

(As citações foram extraídas da obra “Escritos”, de Leon Trotsky, tomo X, 1938-1939, vol. Editorial Pluma).

LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA
Abraham Leon

R\$ 30



Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.